

ANÁLISE COMPARATIVA DA LEI ORÇAMENTÁRIA (LOA) 2016 E 2017

Com este material, pretendemos oferecer uma análise crítica e comparada da proposta de orçamento prevista para 2017. Faremos uma análise das principais políticas a partir da estrutura dos eixos do governo Camilo Santana que compõem os “7 Cearás”.

Para isto, utilizaremos dados comparativos entre as propostas de orçamento enviadas para a Assembleia Legislativa, relativos ao exercício de 2016 e de 2017. Também demonstraremos que entre a proposta orçamentária e sua execução há fundamental caminho de gestão pública e opção política a ser percorrido. Neste sentido, os dados de previsão e de execução estarão entrelaçados ao longo do texto¹.

Inicialmente, cumpre destacar que o ciclo orçamentário é composto por três instrumentos legais. O Plano Plurianual (PPA) apresenta os programas do governo do Estado. No caso do Ceará, o governador Camilo Santana apresentou, em 2015, o PPA 2016-2019, que se estrutura em sete eixos de atuação do Estado, que balizará nossa análise de forma temática. São eles: Ceará da Gestão Democrática por Resultados, Ceará Acolhedor, Ceará de Oportunidades, Ceará Sustentável, Ceará do Conhecimento, Ceará Saudável e Ceará Pacífico.

Existem ainda outros dois instrumentos legais que compõem o ciclo orçamentário, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que disciplina normas gerais para elaboração do orçamento, e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que faz a previsão expressa de receitas e despesas, que será objeto de nossa análise.

O orçamento é uma estimativa de receitas e despesas. A receita prevista para 2017 é na ordem de 25 bilhões de reais. O mesmo valor é distribuído em despesas que

¹ Nota Técnica Explicativa: Neste material, tomamos por base as despesas consolidadas previstas nas peças orçamentárias enviadas para a Assembleia Legislativa para os anos de 2016 e 2017. Ao longo da análise, citaremos expressamente os programas ou ações em que existiram relevantes suplementações ou redução da previsão orçamentária ao longo do ano de 2016. Nos momentos em que as suplementações ou reduções não sejam citadas, deve-se compreender que estamos tratando das propostas orçamentárias submetidas à votação. Para coletar os dados de execução orçamentária consideramos, via de regra, os valores empenhados e, em alguns casos, os efetivamente pagos. A fonte primária de dados foi o SIOF, disponível em <http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Paginas/fm_consulta_execucao.aspx>. Ainda, os dados de execução foram atualizados até o início do mês de dezembro, salvo os eixos e programas em que expressamente citamos que os dados foram atualizados até o dia 19.12.2016 e que consideramos a modalidade 91. Cumpre destacar que os valores expostos são os originalmente previstos nas respectivas dotações; manifestamos no texto os casos em que fizemos a correção inflacionária dos valores.

envolvem, prioritariamente, o custeio do Estado, das políticas públicas, dos fundos estaduais, das empresas estatais, dos investimentos e do pagamento dos juros e amortização da dívida.

Tabela 01 – DADOS GERAIS PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2017

	2016	2017
TOTAL DE RECEITAS	R\$ 24.314 BI	R\$ 25.062 BI
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 9.849	R\$ 10.506
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 423 milhões	R\$ 460 milhões
Amortização da Dívida	R\$ 696 milhões	R\$ 981 milhões

Fonte: Mandato É Tempo de Resistência

Observamos um acréscimo médio de 40% nos recursos destinados à amortização da dívida, o que pode ser explicado, dentre outros elementos, pelo aumento do montante da dívida estadual. De acordo com dados do Tribunal de Contas do Ceará, a Dívida Consolidada do Estado em 2015 atingiu o montante de R\$ 11,1 bilhões, com crescimento de 30,72% em relação a 2014. Para compreender este fenômeno, deve-se destacar o acréscimo das opções de crédito, especialmente para custeio das Obras da Copa de 2014, e a variação cambial do dólar.

Ademais, há uma queda em torno de R\$ 900.000.000,00 (Novecentos Milhões de Reais) na perspectiva de investimentos do Estado. De outro lado, o Estado prevê perda média de quase R\$ 1.098.000.000,00 (Um Bilhão e Noventa e Oito Milhões de Reais) oriundas de renúncia fiscal. Neste valor, destaque-se, estão incluídas as isenções de caráter não geral, o que não envolve as isenções dadas em caráter geral, como é o caso da isenção de agrotóxicos no Estado do Ceará.

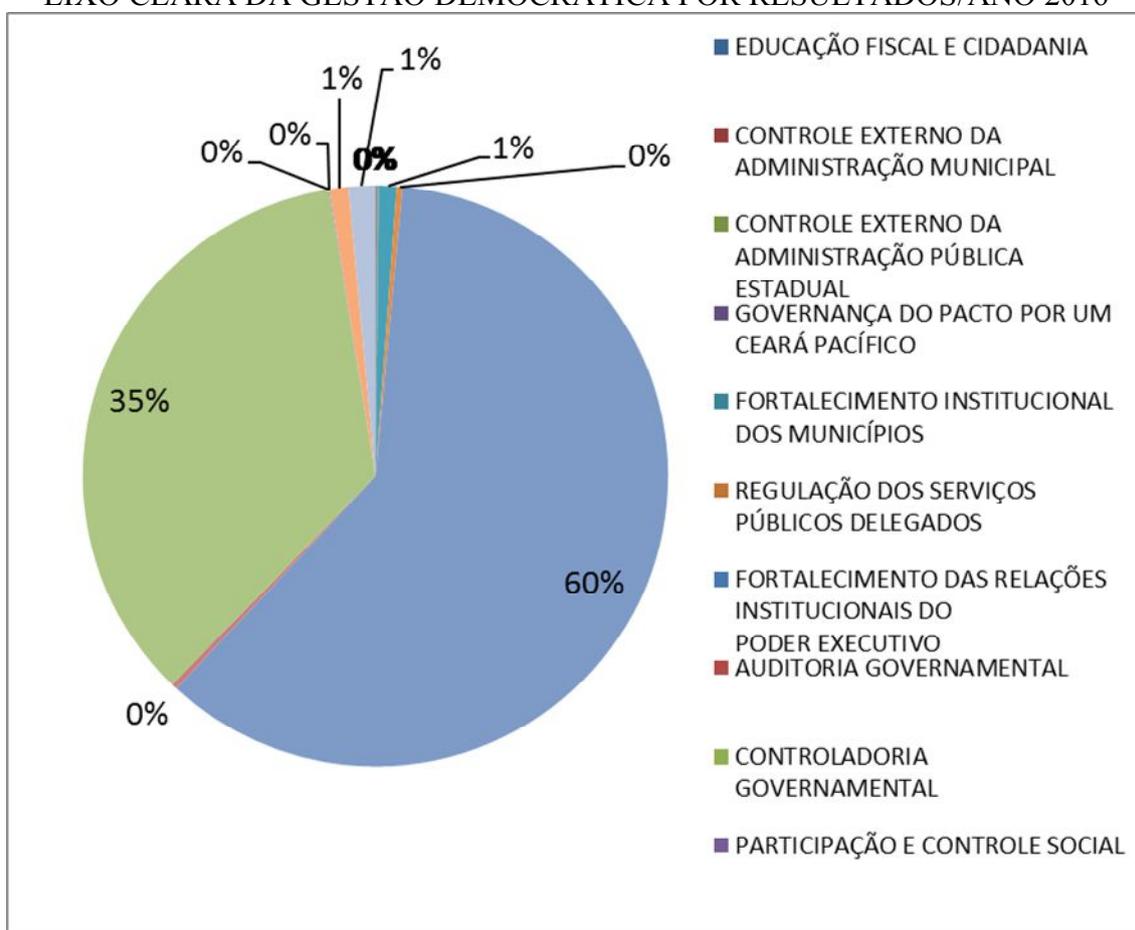
Apresentaremos uma análise dos orçamentos de 2016 e 2017, procurando

refletir as diretrizes e opções políticas da gestão Camilo Santana. Ressaltamos que, como o orçamento é mera autorização de gastos, traremos ao longo da análise um comparativo do que foi previsto e de fato executado no ano de 2016, pontuando as principais ações.

Iniciamos a apresentação de cada eixo revelando, em formato de gráfico, a distribuição dos recursos por Programa. A partir de então, seguimos pontuando o que há de mais relevante na comparação entre a previsão e a execução do orçamento de 2016 e a previsão em tramitação para 2017. Por fim, somamos as emendas que nosso mandato criou, em parceria com a sociedade civil organizada, na perspectiva de ampliação de direitos. Destacamos que o texto contempla apenas algumas emendas e, em material específico, divulgaremos as iniciativas e valores aprovados ou rejeitados.

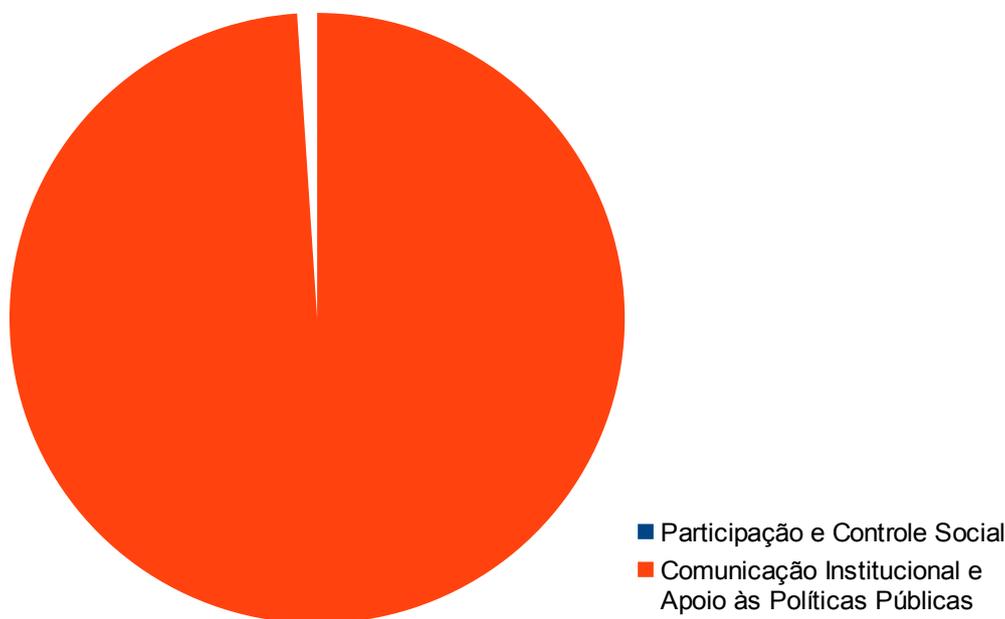
O eixo “Ceará da Gestão Democrática por Resultados” compreende a estrutura organizativa da Administração Pública, sua manutenção e o funcionamento dos órgãos vinculados a ela. Logo, os recursos previstos para custear os programas e ações desse eixo voltam-se, sobretudo, para manter “a máquina funcionando”. É imprescindível que haja muita cautela no direcionamento financeiro deste eixo, tendo em vista que o funcionamento administrativo só se justifica na medida em que os serviços públicos são prestados com qualidade.

GRÁFICO – EXECUÇÃO DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS COMPONENTES DO EIXO CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS/ANO 2016



Os gastos colados acima representam a totalidade dos recursos empenhados pelo Governo em 2016 com exceção dos investimentos relacionados à gestão e manutenção de secretarias e órgãos vinculados à Administração Pública. Estes representam aproximadamente 47,70% do montante empenhado ao eixo Ceará Democrático.

GRÁFICO – EXECUÇÃO COMPARATIVA DE DOIS PROGRAMAS
COMPONENTES DO EIXO CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR
RESULTADOS/ANO 2016



O “Ceará da Gestão Democrática por Resultados” aborda programas de gestão e organização da Administração Pública. Nessa área, nosso mandato atua visando a democratização do Estado, a criação de instrumentos que possibilitem a fiscalização da Administração pela população e o estímulo à participação direta de cada cidadão e cidadã na formulação de políticas públicas. O Governo Estadual, entretanto, ainda prioriza financiamento para a publicidade de seus atos e custeio para manter suas vultuosas estruturas, tal qual o Palácio da Abolição.

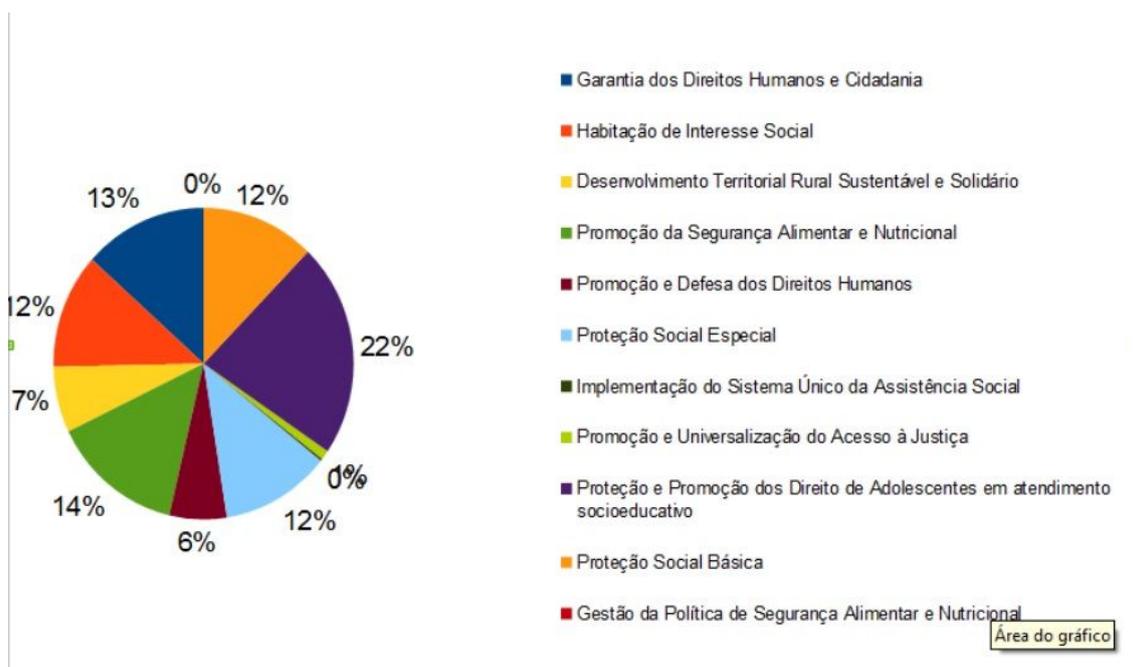
O programa “Participação e Controle Social” possuía, no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2015, no valor de R\$1,5 milhão, suplementado até R\$8,7 milhões. Entretanto, sua execução está baixíssima e não chega a 13%. Por outro lado, o programa “Comunicação Institucional e Apoio às Políticas Públicas” possuía previsão de R\$ 62,5 milhões e o valor suplementado chegou a R\$ 126 milhões. A execução é próxima a 80% desse valor.

No PLOA de 2016, a opção política do Governo se manteve. O valor previsto para o programa “Participação e Controle Social” foi de R\$ 7,1 milhões, enquanto o

programa “Comunicação Institucional e Apoio às Políticas Públicas” teve verba de R\$ 62,3 milhões. É necessário ressaltar a diminuição da previsão orçamentária de um ano para o outro na perspectiva da publicidade (R\$ 200 mil), bem como o aumento significativo da estimativa de recurso na área de participação e controle (R\$ 5,6 milhões). Entretanto, o financiamento entre essas duas áreas continua dispare e demanda um esforço por parte do Governo Estadual, sobretudo na sua capacidade de executar os recursos autorizados na lei orçamentária. Cumpre destacar que a Gestão e Manutenção do Gabinete do Governo custou, até o dia 20.12.2016, R\$ 12.926.546,25 do orçamento estadual.

No eixo “Ceará Acolhedor” estão contidas as Políticas Públicas da Assistência Social, da Habitação, da Inclusão, dos Direitos Humanos e da Segurança Alimentar, e outros programas conforme se observa abaixo.

GRÁFICO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROGRAMAS QUE
COMPÕEM O EIXO CEARÁ ACOLHEDOR/ ANO 2016²



O cenário de profunda desigualdade econômica e social tem impellido milhões de famílias cearenses a uma persistente pobreza estruturante, sobretudo propiciada pelas políticas neodesenvolvimentistas adotadas pelo governo Camilo Santana.

A gravidade da pobreza pode ser ainda maior se a abordagem dada a essa problemática se der pela perspectiva multidimensional. Para esse entendimento, é necessário analisar os indicadores relacionados à educação, saúde, infraestrutura básica, segurança alimentar, habitação e renda, ou seja, aqueles ligados à garantia de bem-estar das famílias e que são essenciais para o entendimento da pobreza no estado do Ceará. Somando-se ainda aos problemas locais relacionados às condições climáticas e as escassas estratégias de convivência com o semiárido, os processos avançados de degradação dos recursos naturais, se faz necessário acrescentar também, nessa análise,

²Os dados de execução deste eixo foram obtidos por meio do SIOF e encontram-se atualizados até o dia 20.12.2016.

os indicadores ambientais.

No que se refere ao orçamento de 2017 para a Função de Assistência Social, houve uma queda de 8 milhões de reais. Na execução do orçamento de 2016, para a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), foram gastos somente 11,74% dos recursos como mostra o gráfico acima.

Chama atenção também a baixa execução do Programa 074 (Promoção e Universalização do Acesso à Justiça) que, dos R\$ 12.403.472,70 previstos após suplementações, teve apenas 20,94% executado em 2016.

A política de segurança alimentar, em um estado ainda marcado pela fome e pela desigualdade social, também carece de maior atenção. O Programa de Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional continha a previsão, em 2016, de R\$ 113.494.443,00. Ao longo do ano, o valor foi reduzido para R\$ 71.606.483,55, dos quais apenas 54,31% foram executados. A previsão na LOA de 2017 é de R\$ 61.816.320,00 para esta política. Destaque-se que o programa contempla ações de aquisição e distribuição de alimentos, de leite e de apoio aos quintais produtivos.

Já o Programa de Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional continha uma previsão, em 2016, de R\$ 1.276.000,00, que também foi reduzida ao longo do ano para R\$ 600.000,0, sendo apenas 6,35% executados. Para 2017, estipula-se o valor de R\$ 522.000,00.

No que tange às políticas afirmativas vinculadas às Coordenadorias Especiais, importante analisarmos detalhadamente a proposta de orçamento de 2017 do Gabinete do Governador. Na proposta orçamentária, em sua totalidade, está previsto o valor de R\$ 23.046.306,00 para o Gabinete.

As Coordenadorias Especiais de Políticas Públicas sobre Juventude, Mulheres, Pessoa Idosa e com Deficiência, Igualdade Racial, Política sobre Drogas, Direitos Humanos, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT) estão incluídas dentro do organograma do Gabinete do Governador, conforme demonstra a tabela abaixo.

Gabinete do Governador
Orçamento para 2017

Coordenadorias	Tesouro	Outras Fontes	Total
Juventude	4.557.041,00	2.225.220,00	6.782.261,00
Mulheres	1.868.821,00	82.796,00	1.951.617,00

Idoso e PCD	332.060,00	28.720,00	360.780,00
Igualdade Racial	103.425,00	117.500,00	220.925,00
Política sobre Drogas	64.608,00	4.210,00	68.818,00
Direitos Humanos	14.000,00	337.792,00	351.792,00
LGBTT	3.000,00	17.000,00	20.000,00
Administrativa e Financeira	12.249.763,00	-	12.249.763,00
Cerimonial e Protocolo	1.040.350,00	-	1.040.350,00
TOTAL	-	-	23.046.306,00

Fazendo um análise em relação ao orçamento de 2016, o valor destinado para a Coordenadoria de Políticas Públicas para Juventude foi de R\$ 14.295.395,00, com 99,13% desse recurso executado. Para o orçamento de 2017 está previsto valor na ordem de R\$ 6.782.261,00, ou seja, **uma queda quase 9 milhões de reais** em relação ao orçamento do ano passado.

Em relação à Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres, o valor referente ao orçamento de 2016 foi de R\$ 581.790,00, com apenas 15,01% desse recurso tendo sido executado. Entretanto, é possível perceber que houve **um acréscimo** orçamentário significativo no ano de 2017, em relação a 2016.

No que se referem aos recursos orçamentários de 2017 destinados as Coordenadorias de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa e com Deficiência, os valores se mantiveram praticamente inalterados. Em 2016 a previsão foi de R\$ 390.684,00, com 73,18% desse valor executado.

Já para a Coordenadoria de Políticas Públicas de Igualdade Racial, no orçamento de 2016 foi destinado o valor de R\$ 126.900,00, com **0% de execução** desse recurso. No entanto, para o orçamento de 2017, houve um acréscimo de 174% do valor orçamentário em relação ao ano passado.

No que tange às dotações específicas da Coordenadoria de Políticas Públicas sobre Drogas, o valor destinado para 2016 foi de R\$ 94.301,00, também com **0% de execução do recurso**. Para o orçamento de 2017, houve uma **queda de 73%** do valor referente ao ano passado.

Por fim, a Coordenadoria de Políticas Públicas de Direitos Humanos detinha valor, para 2016, R\$ 497.900,00, com 97,02% de execução do recurso. Para o orçamento de 2017 houve **uma queda de 70%** deste valor.

Se os recursos orçamentários das Coordenadorias Especiais já estão aquém do necessário para um planejamento mínimo das ações, este cenário se revela ainda mais gravoso em relação à Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a População LGBTT, que possui orçamento irrisório para 2017. Isto porque o valor referente ao orçamento de 2016 foi de R\$ 74.796,00, com 80,88% de execução do recurso, mas, para o exercício orçamentário de 2017 tem previsão de apenas R\$ 20.000,00.

O **Ceará** é o segundo estado do **Brasil** em número de denúncias de homofobia, perdendo somente para o estado de São Paulo. Nos primeiros cinco meses desse ano, foram 39 registros no Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da **Presidência da República**. No ano passado, foram 28, no mesmo período.

Os números mostram que o Ceará registrou 57 **violações** contra **homossexuais**, ou seja, em uma mesma ligação foi realizada mais de uma denúncia. A cidade de **Itatira** foi o município do estado que mais registrou **ocorrências**: ao todo foram 16. Fortaleza obteve sete registros. Neste sentido, se faz fundamental o apoio financeiro e político para garantir a ampliação e a eficácia das políticas públicas dessa e outras populações em situação de vulnerabilidade social.

Cumprido frisar que a Coordenadoria Administrativa e Financeira e a Coordenadoria de Cerimonial e Protocolo do Gabinete do Governo, sozinhas, totalizam um valor previsto para o orçamento de 2017 de aproximadamente de 13 milhões de reais, o que corresponde a um acréscimo de 112% em relação ao ano de 2016.

Avançando na análise, vale destacar alguns pontos sobre o Programa de Habitação de Interesse Social (022), desenvolvido principalmente no âmbito da Secretaria das Cidades, e cujo objetivo é proporcionar moradia digna à população de baixa renda para o enfrentamento do déficit habitacional e da inadequação domiciliar. Observamos uma diminuição total de recursos da ordem de aproximadamente 26,69%, comparando-se o orçamento aprovado para 2016, de R\$ 67.031.023,00, e o previsto para 2017, de R\$ 49.139.896,00, sendo R\$ 27.201.105,00 com recursos do Tesouro Estadual e R\$ 21.938.791,00 de outras fontes.

No contexto da política de habitação urbana, para ações como Oferta de Moradias de Interesse Social no Âmbito do Projeto Rio Maranguapinho, Construção e Melhorias de Habitações de Interesse Social no Projeto Dendê e Melhoria das Condições Físicas das Unidades Habitacionais na Área Urbana (Reformas), houve

diminuição da previsão de investimentos para o ano de 2017, além de não ter sido executado na totalidade o orçamento previsto para essas ações.

Já para as ações destinadas aos moradores das comunidades atingidas pela obra do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), houve o corte total da previsão orçamentária para o ano de 2017, mesmo não tendo sido executado o orçamento previsto para estas atividades, assim como também não o foram para as ações relacionadas à instalação de painéis solares em habitação de populações de baixa renda, à ampliação da oferta de moradia de interesse social na área urbana e à reformas de casas para garantir acessibilidade para idosos e pessoas com deficiência.

Orçamento público estadual: impactos para infância e adolescência

O artigo 227 da nossa Constituição Federal e o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante que crianças e adolescentes devem ter prioridade absoluta. No entanto, este ainda continua sendo um grande desafio.

Por proposição da sociedade civil a proposta de orçamento deve ser acompanhada de um anexo que consolida todas as políticas destinadas a crianças e adolescentes. Este mecanismo é fundamental para garantir que se possa realizar o monitoramento das políticas destinadas a este segmento populacional.

Vivemos um contexto social que impacta fortemente a infância e adolescência. O estado do Ceará possui 17,8% de sua população em situação de extrema pobreza de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Segundo o IBGE, em 2010 o Ceará possuía 1.502.924 residentes em domicílios com rendimentos mensais por pessoa que não ultrapassavam o valor de 70,00 reais. Dados do estudo “Extrema pobreza infantil”, 2016, do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) dão conta de que as taxas de pobreza extrema para a população de 0 a 14 anos ainda são superiores as do restante da população.

Embora tenham caído os índices de trabalho infantil, o Ceará ainda conta com 73 mil crianças trabalhadoras. A violência é outra problemática que afeta fortemente infância e adolescência: o Ceará é o terceiro lugar entre os estados brasileiros em mortes na faixa de 12 a 18 anos e Fortaleza possui o maior índice de homicídios na adolescência, em relação às capitais.

Em 2015 o Ceará teve 623 casos de crianças e adolescentes que sofreram algum tipo de violência sexual. Sabemos que há substantificação desses números e que faltam políticas de enfrentamento a violência sexual, sobretudo no contexto de mega projetos que vem sendo implementados no estado, como o Complexo Portuário do Pecém, que fez crescer a violência e exploração sexual na região do Pecém.

Dito isto, vamos pontuar aspectos que dão a dimensão de como a prioridade absoluta não é vista como parâmetro para implementação das políticas públicas voltadas à crianças e adolescentes pelo governo Camilo Santana no orçamento estadual.

O primeiro destaque diz respeito aos recursos destinados ao Fundo Estadual da Criança e do Adolescente (FECA) onde houve 0% de execução e para o qual não há previsão de destinação de recursos do tesouro estadual em 2017. Os recursos destinados a este Fundo tem sido apenas de captação e não de recursos do tesouro, o que revela um grande descompromisso para com a infância e a adolescência. Para o ano de 2016 estavam previstos **770 mil reais e até o momento não houve nenhuma execução.** Embora haja previsão de ampliação, **para 2017, para o montante de R\$ 1.664.452, não há recursos do tesouro, mas somente de doação.** Desta forma, há uma maquiagem em relação a origem dos recursos do FECA, que, nesse momento, conta apenas com recursos de doação.

Com relação às políticas voltadas ao Sistema Socioeducativo (SSE) é importante fazermos uma leitura que leve em conta o contexto de conflitos e rebeliões dos últimos anos, além das diversas denúncias de torturas e violações de direitos dentro do Sistema. No ano de 2016 foram destinados **R\$ 61 milhões para o Sistema Socioeducativo, com execução de 71,3%. Para 2017, apesar da situação ainda caótica em que se encontra o SSE, o orçamento será reduzido, sendo a estimativa de 59 milhões de reais.**

Dadas as condições de superlotação, violência, tortura, denúncia de más condições, violação do acesso à educação, entre outras tantas violações de direitos humanos que levaram a sociedade civil a oferecer denuncia contra o Estado Brasileiro à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, torna-se fundamental que a execução desta política seja acompanhada de mecanismos de transparência da gestão, posto que atualmente não está nítido qual o papel e o trabalho desenvolvido pelas Organizações Sociais da Sociedade Civil (OSC) conveniadas à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), responsáveis pela gestão das unidades de socioeducação.

Observando os orçamentos consolidados das dotações destinadas à infância e adolescência, constatamos que a Proteção Social Especial na STDS, em 2016, estava prevista em R\$ 11.582.809,00. Esta ação inclui importantes políticas como as dos centros especializados de assistência social, apoio à entidades e abrigos institucionais. No entanto, para 2017, a Proteção Social Especial para crianças e adolescentes terá redução de orçamento e encontra-se prevista em R\$ 9.954.452,00

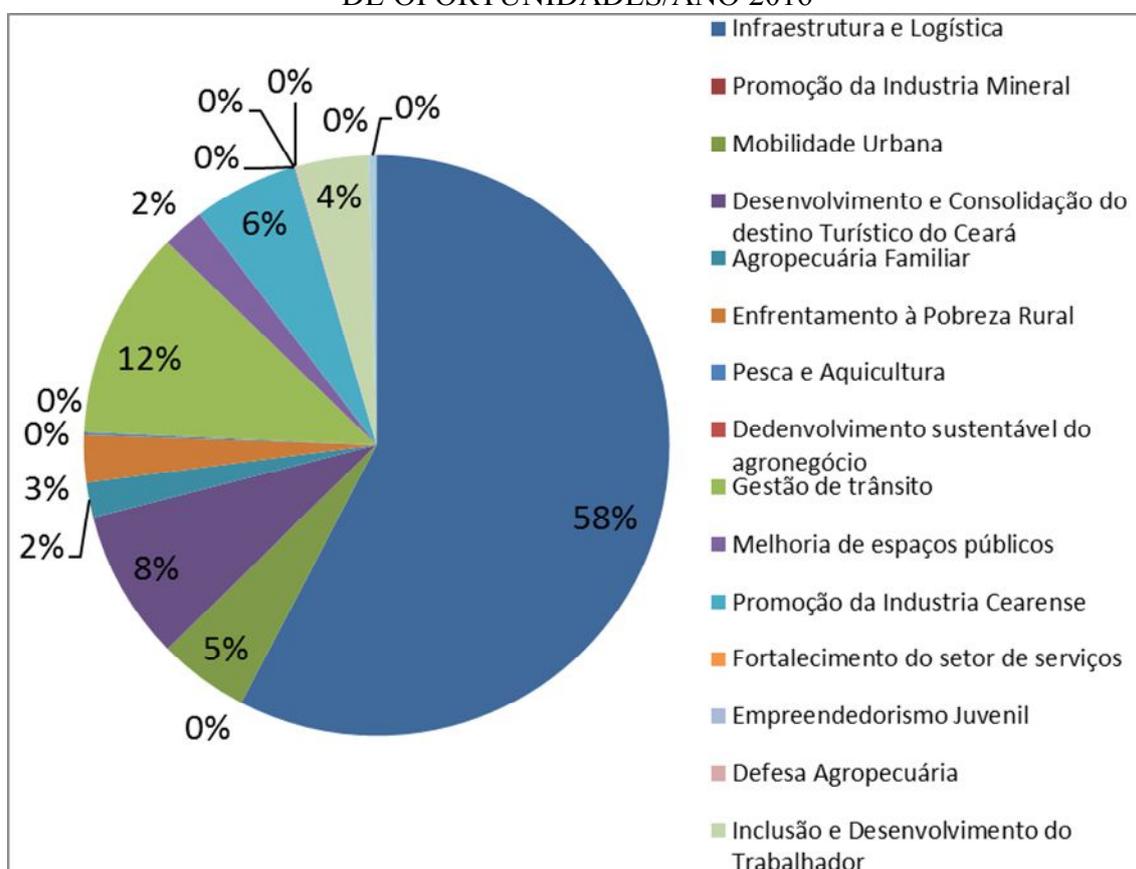
Ainda em relação ao demonstrativo consolidado dos recursos destinados às políticas para infância e adolescência é importante pontuar que há uma discrepância entre o que foi previsto no exercício orçamentário de 2016 e 2017. Para o ano de 2016, houve uma previsão de recursos no valor de R\$ **91.237,455, 00**, já na apresentação do demonstrativo consolidado para as políticas para infância do ano de 2017 a previsão sobe para R\$ **351.963.958,00**. Observando com maior cuidado, constata-se que foram incluídas, neste consolidado, políticas destinadas a outros segmentos e setores como polícia militar, bombeiros, mulheres, idosos, entre outras. As políticas *específicas* para crianças e adolescente, que estão concentradas na Assistência Social, ficam reduzidas ao montante de R\$ **88.462.969,00**.

É importante observar, ainda que não esteja incluídas nestes consolidado outras políticas destinadas a criança e adolescente, como educação, saúde, cultura, lazer etc, como havia sido inicialmente proposto, que seria fundamental para o monitoramento e uma leitura mais ampliada e próxima da realidade das políticas públicas para criança e adolescente.

Neste eixo, algumas das emendas que apresentamos: dotações para implantação de Serviços de Família Acolhedora para crianças e adolescentes; fortalecimento da habitação de interesse social; na área da assistência, sugerimos a implantação das comissões de atendimento notificação e prevenção à violência contra criança e adolescente nas escolas.

No eixo “Ceará de Oportunidades” estão concentradas as ações relativas ao estímulo estatal em setores industriais e agrícolas, revelando as escolhas políticas que traçam os rumos do desenvolvimento no Ceará. Também estão inclusos os programas de infraestrutura, mobilidade urbana e gestão de trânsito, turismo, enfrentamento à pobreza rural, pesca e aquicultura, inclusão do trabalhador, empreendedorismo juvenil e defesa agropecuária, além de alguns outros que podem ser observados no gráfico abaixo.

GRÁFICO – EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS COMPONENTES DO EIXO CEARÁ DE OPORTUNIDADES/ANO 2016



No Programa de Mobilidade Urbana, que ocupa 58% em relação ao executado em 2016, alguns dados chamam atenção, notoriamente os relativos à implantação do Metrô de Fortaleza. A execução da dotação orçamentária de implantação do sistema metroferroviário – Linha Leste, prevista na proposta da LOA/2016 no valor de R\$ 470.000.000,00 foi realizada em apenas 1,32%, até o início de dezembro. As dotações previstas para 1º estágio - Linha Sul tiveram 0% de execução. Em relação ao Metrô, a

dotação de melhor execução foi a de construção das estações, ainda assim restrita à 25%.

No que tange às obras do VLT Parangaba/Mucuripe, arduamente defendido como obra prioritária para a Copa do Mundo de 2014, apenas 40% dos R\$ 1.210.000,00 previstos foi executado. Ademais, não houve execução das dotações que defendemos e emendamos no orçamento de 2016 para compra de terrenos e reassentamento das famílias removidas pela obra do VLT. Na previsão de 2017, o Governo Estadual não previu recursos para o reassentamento e reparação dos impactos sociais, embora tenha previsto quase o dobro de recursos para a realização da obra, totalizando a quantia de R\$ 2.847.740,00 na LOA/2017.

No Programa de Promoção da Indústria Cearense, umas das atividades que situariam o Ceará no desenvolvimento tecnológico, ambiental e energético sustentável seria a 22498(Concessão de Incentivos a Energia Solar) mas a ação teve 0% de execução no ano de 2016.

Já no Programa de Infraestrutura e Logística, que abrange maior volume orçamentário deste eixo, percebemos o compromisso estadual com a ampliação e garantia de infraestrutura pública para o Complexo Portuário do Pecém, cujas denúncias de violações ambientais perpassam desde o intensivo consumo de água pelas unidades termelétricas, no volume médio de 720 litros/segundo, até a contaminação ambiental devido ao vazamento de pó mineral das esteiras transportadoras de carvão, que durante o ano de 2016 foram duas vezes embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A ação nº 18723 (Ampliação do Porto do Pecém - 2ª etapa), até 19 de dezembro de 2016, teve R\$91.831.935,96 de recursos empenhados. A esta ação se somam as de aquisição e instalação de equipamentos, construção das correias transportadoras e de apoio técnico para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), revelando sua centralidade para o governo estadual.

Sobre os programas relativos à política agrícola estadual, preocupa a redução de previsão de importantes ações, bem como a insuficiência de dotações em outras.

O Estado do Ceará comporta uma complexa problemática com a expansão do agronegócio e da fruticultura irrigada. Os impactos do agronegócio à saúde e ao ambiente se mostram patentes diante de alguns dados. Na Chapada do Apodi, pólo da fruticultura irrigada, estudos da Universidade Federal do Ceará (UFC) revelam a ocorrência de casos de câncer, má formação congênita, puberdade precoce e alterações

genéticas entre a população da região.

Dados da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH) revelam a presença de até 11 ingredientes ativos de agrotóxicos na água dos poços que abastecem a comunidade de Quixeré. Dados como esses revelam a necessidade de uma política pública de transição agroecológica e de convivência com o semiárido, que seja capaz de regular e fiscalizar os impactos socioambientais do setor do agronegócio.

Neste sentido, preocupa o fato de que a ação nº 18098 (Fiscalizar o uso de agrotóxicos no campo e no comércio) teve o orçamento reduzido de R\$35 mil para R\$ 5 mil, revelando a total ausência de prioridade do tesouro estadual para o fortalecimento da ação, cuja execução limita-se na prática às dotações dos órgãos responsáveis. O fortalecimento de uma ação específica significaria importante medida para o Estado. Neste sentido, apresentamos emenda para a suplementação da fiscalização de agrotóxicos.

Na ação de produção agroecológica integrada e sustentável, que tinha uma previsão orçamentária, em 2016, de R\$ 500.000,00, houve a irrisória execução de apenas R\$ 100,00. Para o ano de 2017, a ação contempla a metade dos recursos do exercício anterior.

Já nas atividades de implementação de práticas agrícolas de convivência com o semiárido e transição agroecológica, o recurso previsto na LOA/2016 de R\$ 1.450.000,00 caiu, na LOA/2017, para R\$ 1.132.415,00. Vale ainda ressaltar que a ação, comportada na pasta da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), teve 0% de execução no ano de 2016.

Também merece preocupação a significativa redução da ação nº 18184, relativa aos projetos produtivos em assentamentos de reforma agrária, cujo valor foi reduzido de R\$ 4.499.936,00 em 2016 para R\$ 910.000,00 no ano que vem.

Um ponto positivo observado neste programa foi o acréscimo das previsões orçamentárias para a assistência técnica rural, que variaram de R\$ 11.547.571,00 (LOA/2016) para R\$ 15.216.017,00 (LOA/2017).

Avançando em nossa análise, destacamos a pouca prioridade concedida ao Programa 082 (Empreendedorismo e Economia Solidária), que comporta relevante potencial de desenvolvimento econômico equitativo e socialmente comprometido. A principal ação concernente à economia solidária teve sua dotação reduzida de R\$ 1.820.000,00, em 2016, para R\$ 830.000,00 no ano seguinte.

No Programa 028 (Desenvolvimento e consolidação do destino turístico do

Ceará), é alarmante a continuidade dos gastos públicos com a obra do Acquário, cujas irregularidades já foram largamente denunciadas pelo Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

Para suas obras, estavam previstos R\$ 400.000,00 na LOA/2016. Ao longo do ano, no entanto, o recurso foi suplementado com a abertura de novos créditos e encontra-se na ordem de R\$ 5.162.876,25, dos quais 65,52% foram empenhados e pagos. Para o ano de 2017, a LOA prever mais R\$ 1 milhão de reais para as obras do Acquário.

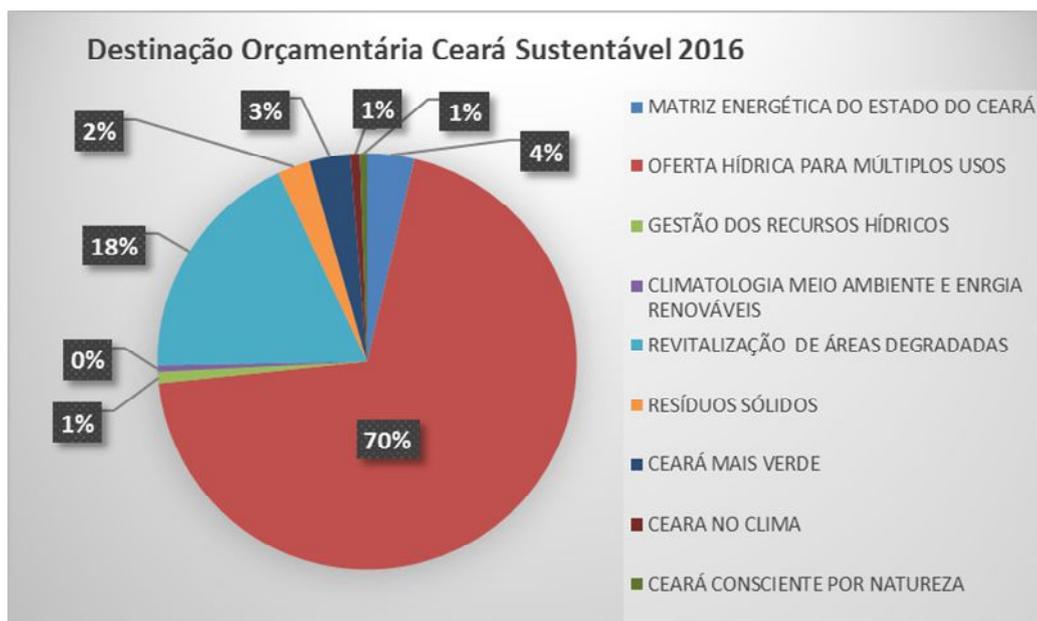
Neste eixo, nosso mandato propôs emendas no orçamento para: aumentar os recursos destinados à fiscalização do uso de agrotóxicos no campo e no comércio; garantir indenização e oferta de moradias de interesse social para as famílias desapropriadas para as obras do VLT Parangaba-Mucuripe; implementação de sistema de consulta pública sobre cadastro, licenciamento e regulamentação de agrotóxicos; implementação do Banco de Dados Público, contendo ingredientes ativos, volume e área de aplicação da agricultura no Estado; aquisição de sementes agroecológicas de produção local; criação do Banco de dados da Agroecologia do Ceará; Geração de energia solar ou eólica e biodigestores para a agricultura familiar; Apoio e criação de sistemas de certificação participativa da agricultura familiar; Elaboração do Plano Estadual de Agroecologia.

04 - CEARÁ SUSTENTÁVEL

No Eixo Ceará Sustentável estão incluídos os programas relativos à matriz

energética do Estado, Climatologia, Resíduos Sólidos, Ceará Mais Verde, Ceará no Clima, Ceará consciente por natureza e de Oferta e Gestão dos Recursos Hídricos que, pela sua essencialidade, comportará uma análise mais densa.

No Programa 027 (Revitalização de áreas degradadas), as dotações orçamentárias encontram-se previstas na Secretaria das Cidades. A LOA 2016



estabeleceu a previsão de R\$ 143.443.789,00, dos quais R\$ 21.393.789,00 provinham do tesouro estadual. Ao longo do ano de 2016, o valor orçado foi suplementado para R\$ 185.136.118,46, no entanto apenas 49,05% foram executados. Para 2017, estipula-se o valor de R\$ 101.379.403,00, dos quais R\$ 26.523.957,00 advém do tesouro estadual.

O Programa 064 (Resíduos Sólidos), em 2016, representou 2% com previsão de crescimento para 10% em 2017, mas a sua execução orçamentária até agora foi praticamente nula.

Este é um dos programas com menor execução diante da destinação orçamentária, fato muito grave quando lembramos que o Ceará tem geração diária de 9.711 toneladas de resíduos sólidos em áreas urbanas, segundo dados publicados em 2015 pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE). Destes, somente 7.588 são recolhidas pelos serviços de limpeza dos municípios. Ou seja, 21,86% não são recolhidos, o que significa que quase dois milhões de pessoas no Ceará não possuem coleta regular de lixo.

Outro dado fundamental revelado pela ABRELPE é que mais da metade

(55,1%) de todo resíduo produzido na zona urbana do Ceará tem destinação inadequada somente 21 municípios têm experiência com coleta seletiva.

O Ceará possui apenas cinco aterros sanitários, que atendem a dois municípios cada. Segundo a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), estes se localizam em Caucaia, Maracanaú, Eusébio, Sobral e Mauriti. Dessa maneira, 174 cidades no Ceará não destinam adequadamente seus resíduos. Isso tem como consequência graves riscos ao meio ambiente e impactos diretos na saúde da população, além de contribuir para a contaminação da água, já escassa e que passa a se tornar indisponível pela sua má qualidade.

A política de resíduos sólidos possui grande relevância do ponto de vista ambiental e social, no entanto o estado do Ceará apresenta desempenho tímido no atendimento às determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada em 2010.

No ano de 2016, a Assembleia Legislativa aprovou a Política Estadual de Resíduos Sólidos, na qual nosso mandato propôs diversas emendas para aperfeiçoamento, garantia de direitos e efetividade da política.

O programa de resíduos sólidos, para o ano de 2016, teve uma previsão orçamentária de R\$ 28.248.479,00. De forma alarmante, apenas 0,50% foram de fato executados! Para o ano de 2017, há a previsão de R\$ 68.005.623,00, um considerável aumento que, entretanto, demanda fiscalização social para seu cumprimento.

Alguns projetos fundamentais à efetiva implementação de uma gestão de resíduos sólidos não tiveram nenhuma execução orçamentária do início do governo Camilo Santana até o presente momento, são elas: apoio à implementação da coleta seletiva nos municípios, promoção de ações voltadas à recuperação de áreas degradadas por lixões a céu aberto, inclusão social dos catadores, ecoponto e coleta de resíduos, cadeia de reciclagem, manejo, encerramento e monitoramento de áreas degradadas, entre outros.

Quanto ao Programa 067 (Ceará no Clima), observamos que as ações do programa, efetivamente, não estão direcionadas para o enfrentamento às mudanças climáticas. A LOA de 2016 trazia a previsão de R\$ 6.515.025,00 para sua realização, mas só houve empenho de 36,03% das dotações orçamentárias. A maior parte do que foi executado está na análise da qualidade da balneabilidade no litoral cearense e análise de amostras coletadas. Para 2017, a previsão estimada encontra-se em R\$ 4.371.664,00, revelando significativa perda.

Vale destacar que as ações de prevenção, controle e monitoramento de queimadas e combate aos incêndios florestais, de promoção da qualidade ambiental das praias para a conservação dos recursos naturais e as de implementação da política de gerenciamento costeiro, por exemplo, tiveram 0% de execução orçamentária no ano de 2016.

A gravidade no tocante a falta de ações de prevenção, controle e monitoramento de queimadas e combate aos incêndios florestais se revela no fato de que a quantidade de queimadas no Ceará, entre 1º de janeiro e 2 de dezembro de 2015, aumentou 28% em relação ao mesmo período de 2014. As informações são do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Em 2016, até setembro, ainda de acordo com o INPE, foram registrados 789 focos de incêndios e queimadas, com maior concentração na região Cariri, no Sul do Ceará.

Neste eixo, as ações de implantação de estações de monitoramento da qualidade do ar e de implantação do programa do controle da poluição veicular deixaram de ter previsão para 2017, o que significa relevante perda para a tutela ambiental.

Ainda na temática ambiental, preocupa as baixas ou nulas execuções das dotações orçamentárias do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (cujas previsões orçamentárias diminuíram de uma média de 12 para 8 milhões) e do Fundo de Incentivo à Energia Solar, cujos recursos não vinham sendo executados.

Análise da Política e dos Programas de Oferta e Gestão dos Recursos Hídricos

Inicialmente, no que tange à política hídrica, observamos que a gestão atual dá continuidade às políticas dos Ferreira Gomes e de Tasso Jereissati. No entanto, ela se apresenta com adornos e acenos do “novo”, de uma “nova gestão das águas” baseada em novos conceitos, mas que reproduzem antigas fórmulas ultrapassadas.

Esta política se baseia na concepção de natureza como elemento a ser dominado tecnicamente e submetido aos ditames da racionalidade humana. Essa dominação é elemento fundamental para o “desenvolvimento e progresso” do Ceará. Dessa maneira, a água é tomada fundamentalmente em sua utilidade produtiva, estando nas entrelinhas, ou subjacente a essa abordagem, a ideia de que a natureza é fonte inesgotável de recursos.

É assim, a partir desse viés, mesmo que não assumidamente, que o governo se

propõe a atender a intensa demanda por água, sob um discurso do bem comum, do desenvolvimento, da criação de postos de trabalho. Ao buscar atender privilegiadamente grupos econômicos que demandam água de maneira intensiva, o governo desprestigia a gestão dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH). Estes deveriam se ocupar de uma alocação democrática da água com suporte da COGERH e orientado tecnicamente por critérios e prioridades que constam de nossa política das águas.

A técnica, dessa maneira, é tomada como farol, motor do “progresso”, “imparcial”. É supostamente “neutra socialmente”. No entanto, o que vemos, é que esta técnica tem conferido à gestão pública da água um caráter eminentemente privatista onde esta é cada vez mais pertencente a grandes grupos econômicos,

A partir desta perspectiva é que, no governo Camilo Santana, permanece a lógica de ofertar recursos hídricos através de grandes obras - antes açudes, mas hoje, pela relativa abundância destes, obras de transferências de águas. Em consequência, não se privilegia o desenvolvimento de uma política que esboce um contraponto necessário e urgente, qual seja, uma política de gestão de demanda de água, que conjugue eficiência no uso, economia e ambiente, em um modelo de desenvolvimento adaptado às condições de um Ceará marcado pelo contexto do semiárido.

Somam-se a esse aspecto a ausência ou tremenda incapacidade de evitar a contaminação de rios, aquíferos, lagoas, açudes, mares, sob a chantagem do desenvolvimento econômico, dos postos de trabalhos e do “progresso”.

A toda esta situação de má gestão da água, de responsabilidade do Governo, adiciona-se o quadro de mudanças climáticas e de uma das secas mais severas do Ceará que ora vivenciamos. Chegamos a um volume total do sistema de reservatórios de apenas 7%, onde 54% dos açudes monitorados estão abaixo de 5% e o próximo a entrar nesta lista será o açude Castanhão, o maior de todos.

O Ceará é um dos estados mais suscetíveis aos impactos do aquecimento global, com projeções de secas mais severas, que podem trazer colapso hídrico, quebra de safras e elevação do nível do mar. A incorporação dos efeitos das mudanças climáticas de maneira permanente deve ser internalizada nos paradigmas de gestão hídrica no Ceará e de uma efetiva política de águas por parte dos tomadores de decisão e formuladores de políticas públicas em nosso estado.

O governo Camilo Santana inicialmente representou certa esperança de que viesse a romper com o modo de gestão anterior e inovar na política de gestão de águas, mas já em 2015, em mensagem enviada à Assembleia, anunciava o quanto sua política

hídrica e de desenvolvimento apresentava continuidade com a política de seu antecessor, Cid Gomes. Assinalou, nesse momento, como preponderante a consecução do trecho V do Eixão das Águas, com 57,60km de extensão, também denominado de Sistema Adutor Gavião/Pecém, que consistiu na integração do Sistema de Reservatórios da Região Metropolitana de Fortaleza com o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), no valor de R\$ 315,29 milhões e com vazão de 9m³/s, das quais 3,5m³/s destinadas ao CIPP.

Não podemos analisar a política hídrica dissociada da política de desenvolvimento e essa integração efusivamente ressaltada no início de seu governo era um indicador de quanto à água passa a ser privilegiadamente destinada aos setores industriais do CIPP, em detrimento de outros usos prioritários. Outras iniciativas foram corroborando essa perspectiva, tais como a instalação da Companhia Siderúrgica do Pecém(CSP) no CIPP entre o 4º e 5º ano de seca com uma outorga de 1500 litros/segundo (l/s), com consumo inicial de 600l/s. Essa foi uma medida bastante temerária se considerado a insuficiência dos projetos de reuso da água, praticados no CIPP.

Adiciona-se a instalação da CSP a implantação de termelétricas que consomem 762l/s considerando que a Termo Ceará consome 12l/s, a Central Geradora Termelétrica Fortaleza (ENEL) consome 100l/s e a Pecém I e Pecém II consomem 650l/s de um volume outorgado de 1.100l/s. Vale ressaltar que o consumo conjunto das termelétricas seria suficiente para abastecer 244 mil pessoas.

Não obstante todas as iniciativas supracitadas, em novembro de 2016 o governador Camilo Santana assinou um protocolo para a vinda de uma refinaria capaz de consumir, no mínimo, outros 48 milhões de litros de água. Além deste, outros contrassensos como o projeto de mineração de Urânio em Santa Quitéria com consumo de 917m³/hora (equivalente a 115 carros pipa por hora), o que representa uma ameaça à segurança hídrica na região afetando 45 comunidades, mostram a prioridade dada pelo atual governo estadual na gestão da água.

No Ceará, a propósito do que significam as emissões de gases de efeito estufa pelas termelétricas para geração de energia, as emissões cresceram 26,5% em apenas dois anos, segundo dados do Sistema de Estimativas de Gases de Efeito Estufa (SEEG). O setor preponderante nas emissões desses gases, também segundo do SEEG, desde 2010, é o de geração de eletricidade, que respondeu por 7,25 milhões de toneladas de CO₂ (48,7% das emissões de energia/indústria do estado ou 27,8% do total) em 2014.

Isto equivale a dizer que as termelétricas no Ceará, nesse ano, emitiram 4 vezes a mais do que os automóveis particulares (responsáveis por 1,8 milhões toneladas de CO₂), ou o equivalente ao incêndio de uma área de 10 Parques do Cocó anualmente! Em virtude disso, o nosso estado, com enorme potencial de geração de energia solar e eólica, tornou-se o segundo estado que mais emite CO₂ para geração de eletricidade, atrás somente do Rio de Janeiro, também conforme dados do SEEG.

Vale destacar que a esse conjunto de iniciativas e ainda nesse ano de 2016, o governo Camilo Santana enviou e a Assembleia Legislativa aprovou a mensagem 7953/2016, com objetivo de reduzir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) das termelétricas a gás natural em até 58,8%. Tudo isso em épocas de profundas incertezas, seja com relação à crise ecológica que vem mostrando suas diversas facetas como o aquecimento global e a diminuição dos recursos hídricos, seja com relação à pequena agricultura que tem sofrido duros golpes.

Incertezas ainda quanto ao marco político, econômico e social de nosso país que atravessa toda sorte de dificuldade e riscos frente à crise econômica intensa atualmente vivenciada no Brasil. São novos desajustes estruturais que poderão contar ainda, a médio e longo prazo, com as consequências do modelo de desenvolvimento impulsionado pelo governo Camilo Santana que não vem apresentando qualquer tendência de confrontar-se a crise ecológica e econômica que vivemos na atualidade e que, muito pelo contrário, tende a contribuir para a sua agudização.

Sabemos que a demanda de água é uma variável vinculada a múltiplos fatores como o preço a ela atribuído, os incentivos fiscais, financeiros ou normativos. Em síntese, a demanda vai depender do modelo de gestão. Assim, o desconto de 50% fornecido à Usina Termelétrica do Pecém (UTE – Pecém) por intermédio da Lei Estadual nº 14.920/2011, e outros incentivos como relatamos acima, para as indústrias hidrointensivas, intensificam a injustiça hídrica em curso.

O que se observa é que as empresas, as mesmas que já têm acesso a grandes quantidades de água (inclusive com subsídios) são privilegiadas através de medidas de subvenção, enquanto ao mesmo tempo comunidades no estado e no entorno dessas empresas têm sofrido com as consequências do desabastecimento e do baixo nível dos reservatórios.

Recursos públicos vêm sendo destinados a fontes sujas de energia em nosso estado, como os R\$ 1,4 bilhões aportados pelo BNDES na Termelétrica do Pecém, volume de recursos suficientes para a instalação de um programa de micro geração solar

residencial para milhares de cearenses. É preciso alterar essa lógica, sendo contrário a qualquer subsídio e incentivo a fontes fósseis para geração de eletricidade em nosso estado (caso não apenas da referida Lei 14.920/2011, que concede desconto na água fornecida a UTE Pecém, como à da Lei 14.862/2011, que concede redução de ICMS ao carvão por ela utilizado).

O poder econômico tem demonstrado sua supremacia e tem batido forte à mesa dos gabinetes governamentais, de maneira que medidas que buscam impor restrições ao consumo de água de suas empresas são tímidas e fracas, em detrimento de drásticas subidas da fatura de água nas residências, frutos das tarifas de contingenciamento. As térmicas exigiram, por exemplo, via lei de concessões, que o novo encargo hídrico emergencial, taxa criada pelo Ceará com vigência entre 1º de outubro de 2016 e 31 de agosto de 2017, mas com efeito retroativo a setembro, fosse repassado às tarifas.

Somente o investimento em energias renováveis, como a solar residencial e eólica socialmente justa, o reuso das águas residuais, a despoluição das bacias e a dessalinização, aporta uma perspectiva de futuro. Tais medidas devem ser conjugadas com um modelo de desenvolvimento que reflita a necessidade de criação de empregos e impulse atividades na contracorrente do uso intensivo de recursos naturais.

Ao analisar a execução orçamentária do Governo Camilo Santana fica evidente a sua concepção de política de recursos hídricos como uma política baseada na oferta de água para grandes obras, para tanto analisemos os programas de oferta hídrica dentro do eixo do Ceará Sustentável.

O orçamento do eixo Ceará Sustentável em 2016 totaliza R\$ 1.010.100.128,45, dos quais 70% do total executado de R\$ 254.329.471,43, até dezembro de 2016, foram destinados a oferta hídrica (construção e recuperação de barragens, construção e recuperação de adutoras, Cinturão das Águas do Ceará (CAC), construção e recuperação de poços, construção de sistemas simplificados de abastecimento de água para comunidades difusas, promoção de uso de tecnologias alternativas de oferta d'água, fiscalização e acompanhamento de obras públicas).

O que os números do orçamento revelam é que nossa política de águas do Ceará é conservadora e em grande medida é influenciada pela política hidráulica que vigora desde o Império, que se reproduz a partir do governo federal e permanece a mesma no Ceará e no Nordeste, funcionando como uma reserva de mercado do parque da indústria da construção civil pesada do Brasil, que tem como principal interesse o desenvolvimento de projetos de obras hídricas tradicionais, tais como a construção de

grandes açudes e canais.

Observando as ações de construção do CAC, que correspondem a R\$ 359.379.159,96 destinados em 2016, percebemos que, até o presente momento, 45% foram executados. O Cinturão das Águas foi pensado para distribuir a água do São Francisco pelo oeste do Ceará. O primeiro trecho liga Jati a Cariús. Se concluído, permitirá a liberação de água do rio Cariús ao açude Orós.

No entanto, a transposição das águas do São Francisco na atualidade teve o início da operação do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), prorrogado pela Agência Nacional de Águas (ANA) até 26 de março de 2018. A mudança de prazo consta da Resolução nº 1.133/2016, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016. A obra começou em 2006, quando tinha orçamento de R\$ 4,5 bilhões. Devido aos atrasos, teve o custo praticamente dobrado. É o terceiro adiamento do início de operação do projeto. Isso significa dizer que a obra não atenderá o estado do Ceará no iminente colapso hídrico que se avizinha.

Até agora, o Projeto de Integração do Rio São Francisco alcançou 89,9% de execução física, considerando o avanço de obras civis, instalações eletromecânicas e ações ambientais. Do orçamento total de R\$ 10,7 bilhões, 78,2%, ou R\$ 8,371 bilhões, já foram gastos. Porém, o que precisa ser melhor compreendido, é o que foi colocado pelo cientista Aziz Ab'Saber quando dos debates sobre a viabilidade do projeto da transposição estavam em debate:

”Um projeto inteligente e viável sobre transposição de águas, captação e utilização de águas da estação chuvosa e multiplicação de poços ou cisternas tem que envolver obrigatoriamente conhecimento sobre a dinâmica climática regional do Nordeste. No caso de projetos de transposição de águas, há de ter consciência que o período de maior necessidade será aquele que os rios sertanejos intermitentes perdem correnteza por cinco a sete meses. Trata-se, porém, do mesmo período que o rio São Francisco torna-se menos volumoso e mais esqualido. Entretanto, é nesta época do ano que haverá maior necessidade de reservas do mesmo para hidrelétricas regionais”.

É exatamente o que acontece hoje no Nordeste brasileiro. Na iminência do ingresso em seu sexto ano consecutivo de estiagem, o Nordeste convive com a seca mais prolongada dos últimos cem anos. Segundo a atualização de outubro do **Monitor de Secas**, da **Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos**, todos os estados nordestinos sofrem atualmente com a chamada seca excepcional, classificação utilizada quando a estiagem resulta em uma situação emergencial, que inclui perdas de cultura e escassez de água em reservatórios, córregos e poços. (Figura ao lado).

O que a transposição está demonstrando ser é o que diziam que ela seria: uma alternativa cara, desnecessária e que não será capaz de resolver o problema da seca. A maior parte da água a ser transposta não terá como objetivo o alcance a uma população impactada pela seca, mas sim a irrigação e abastecimento de cidades que já contam com suprimento.

A transposição corre o risco de, ao atravessar acidentes geográficos significativos, como a elevação da escarpa sul da chapada do Araripe, com um grande dispêndio de energia, se converter em tímido canal de água de questionável custo benefício, duvidosa validade econômica e interesse social, e que demonstraria que serviu e serve para movimentar o mercado especulativo, dos negócios, da terra e da política.

A operação Lava Jato e a desistência da construtora Mendes Júnior de concluir as obras de construção do Eixo Norte do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco confirmam essa afirmação. Sendo a construtora responsável por um trecho de 140 km de extensão entre Cabrobó, Sertão pernambucano, e o reservatório de Jati, no Ceará, incluindo três elevatórias, a empresa anunciou o abandono do projeto por perda de capacidade financeira para tocá-lo.

Depois da situação em que ficou em função da Mendes Junior ter sido proibida de firmar novos contratos com o governo, fruto da perda de idoneidade com a Lava Jato, a construtora informou ao **Ministério da Integração Nacional** não ter condições de dar prosseguimento às obras e abriu mão dos contratos de captação de água em **Cabrobó**, em **Pernambuco**, e **Jati**, no **Ceará**. Os trechos paralisados do

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Grande parte do território convive com uma estiagem excepcional



empreendimento serão re-licitados. A Agência Nacional de Águas prorrogou até março de 2018 o início da operação do projeto.

Para além do problema da obra da transposição no âmbito federal, aqui no Ceará o maior problema para a região do Cariri tem sido o Cinturão das águas do Ceará - CAC, obra hídrica mais significativa da atualidade no estado, segundo gestores governamentais, que no Trecho 1 vai cruzar por oito municípios da região (Jati, Porteiras, Abaiara, Brejo Santo, Missão Velha, Barbalha, Crato e Nova Olinda). São aproximadamente 150 quilômetros bordejando a Chapada do Araripe que impactarão sobre fontes de água. Muitas comunidades tradicionais (camponesas e indígenas) estão sendo desterritorializadas para a construção da obra e a porção mais valiosa da Chapada do Araripe a cada dia sofre uma apropriação voltada a atender grandes interesses econômicos.

Ao considerar a política de águas do Ceará no que se refere à oferta hídrica do Governo Camilo Santana, embora reconheçamos o papel das políticas de emergência, como a construção e recuperação de poços, construção de sistemas simplificados de abastecimento de água para comunidades difusas, estas são fortemente centradas na mitigação do problema e pouco orientadas para a adaptação futura, contribuindo mingudadamente para uma efetiva convivência com o semiárido.

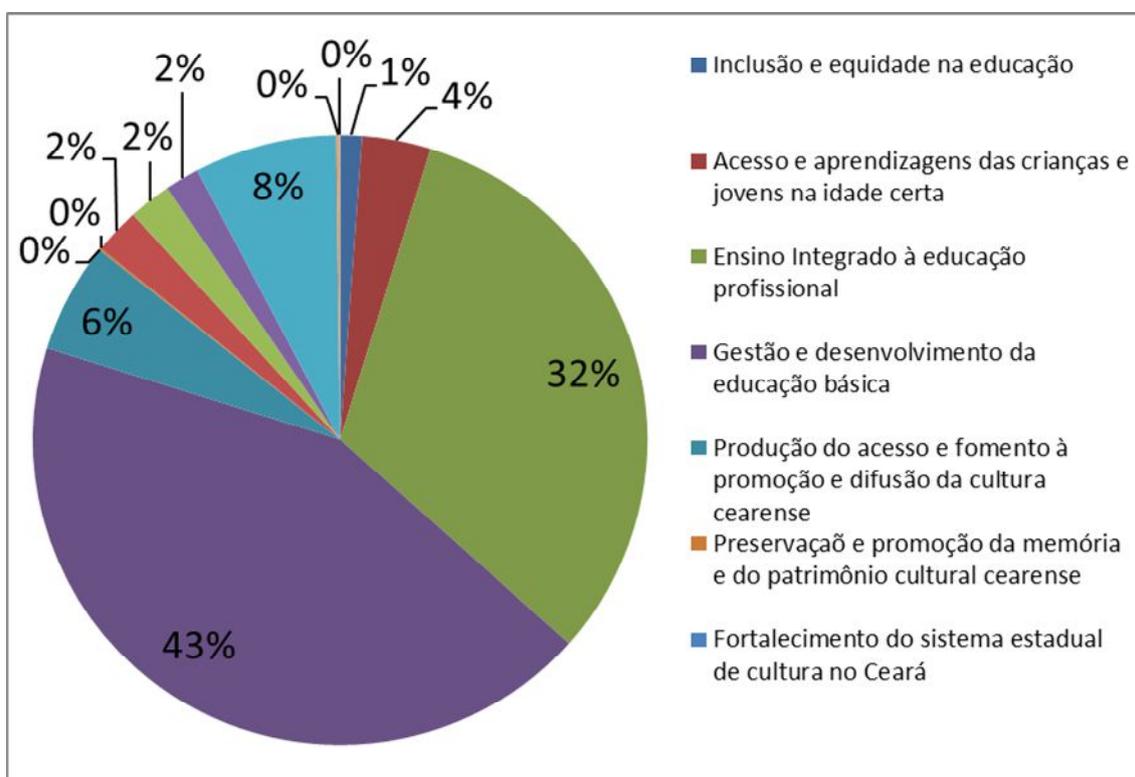
É lamentável que ação/projeto de utilização de fontes alternativas de energia para sistemas hídricos tenha tido tão ínfima destinação orçamentária em 2016 e 2017 (R\$ 20.000,00) e nenhuma execução orçamentária. Cumpre registrar que são muitos os poços perfurados que não tem bombeamento por ausência de rede elétrica próxima (a exemplo do que testemunhamos no território quilombola de Córrego de Ubaranas em Aracati), o mesmo vale para inúmeros kits de água doce igualmente dependentes de energia para alcance de sua finalidade.

Nesse sentido, os números revelam, no eixo “Ceará Sustentável”, a falta de prioridade dada a iniciativas de gestão dos recursos hídricos (promoção da preservação dos corpos hídricos, ampliação do conhecimento sobre a garantia da oferta e a qualidade da água, readequação, modernização e fortalecimento e fiscalização dos recursos hídricos, promoção e difusão de informações e tecnologias para o uso racional e sustentável da água, promoção da utilização de fontes alternativas de energia para sistemas hídricos), de maneira que, dos recursos do eixo, só 1% foi destinados a tal fim, em 2016% e os mesmos 1% o serão em 2017.

Nossas emendas neste eixo foram para: Apoio e criação de sistemas de certificação participativa da agricultura familiar; elaboração do Plano Estadual de Agroecologia; Reuso de água domiciliar para irrigação de quintais produtivos; Criação do Programa Bolsa Catador estabelecido na Lei Estadual nº 16.032; Criação e implementação do Plano de manejo da unidade de conservação do açude Cedro; Desassoreamento do Açude Banabuiú; Apoio às cooperativas de catadores de material reciclável; Implementação da política estadual de mudanças climáticas; Suplementação - Ampliação das ações de Prevenção, Controle e Monitoramento de Queimadas e combate aos incêndios florestais; Capacitação para mulheres cisterneiras; Implantação da Reserva Taba dos Anacé e realocação das famílias indígenas Anacé; Formação e concurso direcionado para pesquisadores indígenas e quilombolas; Garantir a efetivação do Termo de Cooperação Técnica assinado com a Comunidade Indígena Tapeba; Realização de mutirões para emissão de Declaração de Aptidão de Produtores (DAP) para quilombolas rurais; Desenvolvimento de políticas, projetos e programas voltados para o etno-desenvolvimento para povos indígenas com foco em agroecológica.

O eixo “Ceará do Conhecimento” comporta os programas relativos à Educação Básica e Educação Profissional, Inclusão e Equidade na Educação, Alfabetização de crianças e jovens na idade certa, além de programas de acesso e fomento à promoção e difusão da cultura, preservação da memória e do patrimônio cultural e fortalecimento do sistema estadual de cultura. Abaixo, o gráfico da distribuição destes programas a partir da execução orçamentária de 2016, com dados atualizados até 19 de dezembro de 2016.

GRÁFICO – EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS COMPONENTES DO EIXO CEARÁ DO CONHECIMENTO/ANO 2016



Para compreender alguns pontos, é preciso adentrar na especificidade do orçamento das principais pastas e ações de governo.

As despesas inicialmente previstas na LOA de 2016 para a Secretaria de Educação, por exemplo, estava em R\$ 2.450.527.696,00. **Após as suplementações, a pasta contava com o orçamento de R\$2.639.028.874,15. Deste total, no entanto, apenas 78,73% foram efetivamente pagos.**

Na previsão orçamentária das despesas para 2017, tem-se o valor estipulado de R\$ 2.460.416.688,00. Caso a dotação inicialmente prevista para 2016

tivesse sido ajustada pelos índices inflacionários (IPC-A IBGE), a proposta trazida para 2017 deveria ser da ordem de R\$ 2.648.237.005,67, revelando aí que a Lei Orçamentária demonstra uma perda real de quase duzentos milhões de reais na pasta.

Outro aspecto relevante diz respeito ao crescimento das previsões das despesas orçamentárias nos dois principais programas que tratam da educação profissionalizante. Para 2016, a previsão orçamentária estava em torno de R\$ 377 milhões, enquanto que, para 2017, estipula-se em média R\$ 560 milhões, revelando um acréscimo anual de quase 50%.

No que diz respeito ao Programa Gestão e Desenvolvimento da Educação Básica, chama atenção a baixa execução das suas principais ações. Em síntese, apresentamos uma tabela comparativa das ações centrais que compõem o Programa³:

	PREVISÃO 2016 (em reais)	EXECUTADO EM 2016 (em reais)	PREVISÃO para 2017 (em reais)
18827- Melhoria da Infraestrutura das escolas de Ensino Médio-Readequação	9.700.000,00	8.734.917,22 = 90,05%	4.250.000,00
18828-Expansão da Infraestrutura das Escolas de Ensino Médio-Readequação	72.059.428,80	27.022.415,63 = 37,50%	34.400.000,00
18829- Expansão e Melhoria do Parque Tecnológico das Escolas Estaduais de Ensino Médio Adequadas - Readequação	3.242.687,00	372.547,00 = 11,49%	R\$ 50.000,00
18830- Expansão da Infraestrutura das Escolas Estaduais de Ensino Médio em Tempo Integral	500.000,00	0,0 0%	R\$ 50.000,00

³ Dados obtidos no Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro (SIOF) e atualizados no início do mês de dezembro, considerando os valores já empenhados.

18833- Expansão do Parque Tecnológico das Escolas Estaduais de Ensino Médio em Tempo Integral	500.000,00	0,0 0%	R\$ 50.000,00
22583-Desenvolvimento Programa Estadual Alimentação, Escolar – Ensino Médio	36.185.440,00	R\$ 29.235.072,51 = 80,79%	R\$ 32.185.440,00
22584-Desenvolvimento Programa Estadual Alimentação, Escolar – Ensino Fundamental	3.771.360,00	01.972.091,22 = 52,29 %	R\$ 03.271.360,00
22585-Desenvolvimento Programa Estadual Alimentação, Escolar – EJA	3.973.360,00	869.479,15 = 21,88%	R\$ 04.973.360,00
22586 -Desenvolvimento do Programa Estadual de Alimentação Escolar - Educação Especial	200.000,00	34.694,47 = 17,35 %	R\$ 200.000,00
22631- Manutenção e Funcionamento das Unidades Escolares de Ensino Médio - Aporte	17.070.000,00	13.499.303,50 = 79,08%	R\$ 26.450.000,00
22661- Manutenção e Funcionamento das Unidades Escolares de Ensino Fundamental - Aporte	1.411.000,00	926.226,03 = 65,64%	R\$ 1.451.000,00
22662- Manutenção e Funcionamento das Unidades Escolares - EJA - Aporte	1.332.000,00	458.301,75 = 34,41%	R\$ 1.532.000,00
22663- Manutenção e Funcionamento das Unidades Escolares da	215.082.495,75	183.503.521,95	R\$ 228.747.299,00

Educação Básica		= 85,32%	
22664- Garantia e Funcionamento do Parque Tecnológico das Unidades Escolares da Educação Básica	10.025.600,00	4.665.334,20 = 46,53 %	R\$ 10.626.381,00
22665- Transporte Escolar para Alunos do Ensino Médio	64.584.117,64	58.973.046,29 = 91,31%	R\$ 95.308.801,00

Tabela produzida pelo Mandato É Tempo de Resistência

No que tange ao ensino público superior, observa-se que as universidades estaduais (Universidade Estadual do Ceará - UECE, Universidade do Vale do Acaraú - UVA e a Universidade Regional do Cariri - URCA) estão sendo duramente impactadas pelo Governo Estadual como resposta à crise econômica. Quando se compara os Projetos de Lei Orçamentária Anual (PLOAs) enviados por Camilo Santana em 2015 e 2016 e a estimativa de inflação acumulada em 2016 (7%), percebe-se que a previsão de recursos para as universidades diminuiu em termos reais: UECE – 198 milhões (2016) para 202 milhões (2017); UVA – 68,7 milhões (2016) para 68,6 milhões (2017); e URCA – 87 milhões (2016) e 92 milhões (2017). Considerando a média inflacionária entre 7% e 8%, notoriamente os orçamentos das Universidades Estaduais não acompanharam o mínimo reajuste necessário.

Ressalte-se que as subáreas mais impactadas são aquelas voltadas à política de permanência estudantil. Como exemplo, citamos a ação de assistência estudantil da UECE, de número 18381 (Suporte à Assistência Estudantil aos Alunos em Vulnerabilidade Social) que contém a previsão de apenas R\$ 100.000,00 em 2017, enquanto em 2016 estava orçada em R\$ 2.112.000,00!

Outro corte relevante foi o dos recursos destinados à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), que, em 2016, teve orçamento previsto em R\$ 146 milhões, dentre os quais R\$ 118 milhões provenientes do tesouro estadual e, para 2017, tem previsão de R\$ 133 milhões de reais, dos quais apenas R\$ 97 milhões são oriundos do tesouro. De forma geral, na função Ciência e

Tecnologia, o orçamento de 2017 apresenta um déficit de R\$ 78 milhões em relação à previsão para 2016.

Nessa perspectiva, o mandato É tempo de resistência apresentou emendas com o objetivo de alargar o financiamento estadual para os projetos de permanência, sejam bolsas acadêmicas ou restaurantes e residências universitárias. Apresentamos emendas que, juntas, somam mais de R\$ 2,5 milhões para ações de assistência especialmente da UECE e da URCA. Também propomos reajuste na dotação de pagamento de pessoal, reforma de campus e de laboratórios destas Universidades, como estratégia para seu fortalecimento. As universidades estaduais são patrimônio do povo cearense e devem ser priorizadas com políticas públicas adequadas e financiamento estatal que garantam seu custeio e sua ampliação com qualidade!

Ainda na análise deste eixo, no que tange aos programas relacionados ao incentivo e à promoção da cultura cearense, alguns pontos merecem destaque.

O orçamento da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT), pela LOA proposta, teve um aumento em torno de 40%, considerando o orçamento de 2016, o que está de acordo com a meta de atingir o percentual constitucional de 1,5% para a cultura, em 2018. É possível perceber aumento considerável em áreas que consideramos estratégicas: formação, apoio à reforma e manutenção de centros culturais, ações em centros culturais, políticas de incentivo e fomento à leitura e ao patrimônio histórico e cultural.

A principal crítica não está na LOA, que é uma previsão de despesas, e sim na execução do orçamento. Dados do SIOF revelam que a execução na área da cultura estava em 50%, no início novembro de 2016, o que inviabiliza a implementação e a continuidade de muitas ações. Os atrasos no repasse da verba estadual comprometem consideravelmente o pagamento dos servidores dos equipamentos, bem como os recursos disponibilizados a projetos, pontuais ou permanentes.

A execução do orçamento que, no começo de novembro era de apenas 50%, no dia 28 de novembro chegou a 68% e em 06 de dezembro a 72%. O repasse irregular da verba vinda do governo estadual gera graves problemas na manutenção de projetos, programas, editais, equipamentos e ações culturais, evidenciando problemas de gestão.

No que tange à execução do orçamento previsto para 2016 de ações específicas na área de cultura, cumpre destacar que a área de Patrimônio chama a atenção: analisando a execução de 2016, percebemos que a execução foi reduzida praticamente às ações na Catedral de Sobral e aos Tesouros Vivos (Mestres da Cultura Popular).

Considerando a baixa execução, não deixa de ser promissor o aumento para 2017.

As rubricas destinadas às linguagens artísticas NÃO tiveram execução. Os recursos destinados especificamente às linguagens artísticas ficaram restritos aos Editais (Fundo Estadual de Cultura). Já a execução do Fundo Estadual de Cultura foi baixa, estando em 21%. Os Pontos de Cultura também NÃO tiveram execução o que dificulta em muito a sustentabilidade dos espaços alternativos e comunitários de produção cultural. Uma das maiores demandas da classe artística é o apoio aos espaços independentes, que funcionam como pequenos centros de circulação, produção e formação cultural, cobrindo, por vezes, áreas desassistidas pelo estado. Por isso, propusemos uma emenda suplementando essa rubrica.

Os equipamentos do estado, entretanto, tiveram aumento no custeio, em sua maioria. A previsão para o Theatro José de Alencar, no entanto, caiu. O Centro Cultural Bom Jardim teve um aumento da ordem de R\$ 1 milhão e o Porto Iracema de R\$ 2 milhões.

Sobre as emendas que propusemos neste eixo: apresentamos 18 emendas relacionadas à Educação Básica, a maioria na tentativa de minimizar os impactos do não reajuste orçamentário nas áreas referidas. Destacamos que parte das proposições foi realizada em parceria com a sociedade civil e movimentos sociais, por meio de proposições sugeridas pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA-CE).

Entre as proposições, encontram-se as de suplementação para o transporte escolar e apoio à educação infantil. Podemos ainda ressaltar a emenda de aumento do orçamento previsto para o Desenvolvimento do programa estadual de alimentação escolar - ensino médio, no valor de R\$ 4.302.000,00. Uma proposição que entra em consonância com as reivindicações de estudantes que mobilizaram as ocupações de mais 70 escolas no Ceará.

Também propusemos ações para a educação inclusiva: desenvolvimento das ações da educação especial; Adaptação de escolas estaduais para o modelo bilíngue e acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiência. Acrescente-se a proposta de inclusão de novas ações como: formação e concurso direcionado para pesquisadores indígenas e quilombolas; Capacitação de professores e professoras da Rede Pública Estadual para a Lei 10639/2003 (que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares), em um valor de cerca de R\$ 90.000,00.

Apresentamos também emendas avistando a estrutura e manutenção das escolas de ensino fundamental e médio, a exemplo das emendas de suplementação para expansão e melhoria do parque tecnológico das escolas estaduais de ensino médio e para execução de obras e aquisição de material permanente das escolas de ensino médio integrado à educação profissional.

Destaque-se a iniciativa do mandato em propor a Semana Maria da Penha, na Rede Estadual de Ensino, contribuindo para a instrução da comunidade escolar sobre as estratégias de prevenção e combate ao machismo e sobre os tipos de violência moral, psicológica, física, sexual e patrimonial contra a mulher. A Lei nº 16.044 foi publicada no Diário Oficial, em 28 de junho de 2016. Uma das emendas teve a proposição de destinar recursos para garantir a efetivação desta Lei, no valor de R\$ 200.000,00.

Para a Cultura, propusemos duas emendas: uma de suplementação na ação 18296 (Apoio às Instituições e Organizações da Sociedade Civil) para implementação das ações culturais, no valor de R\$ 1.000.000,00; a outra emenda foi uma aditiva, incluindo recurso para a implementação do Vale-cultura no Ceará, no valor de R\$ 500.000,00.

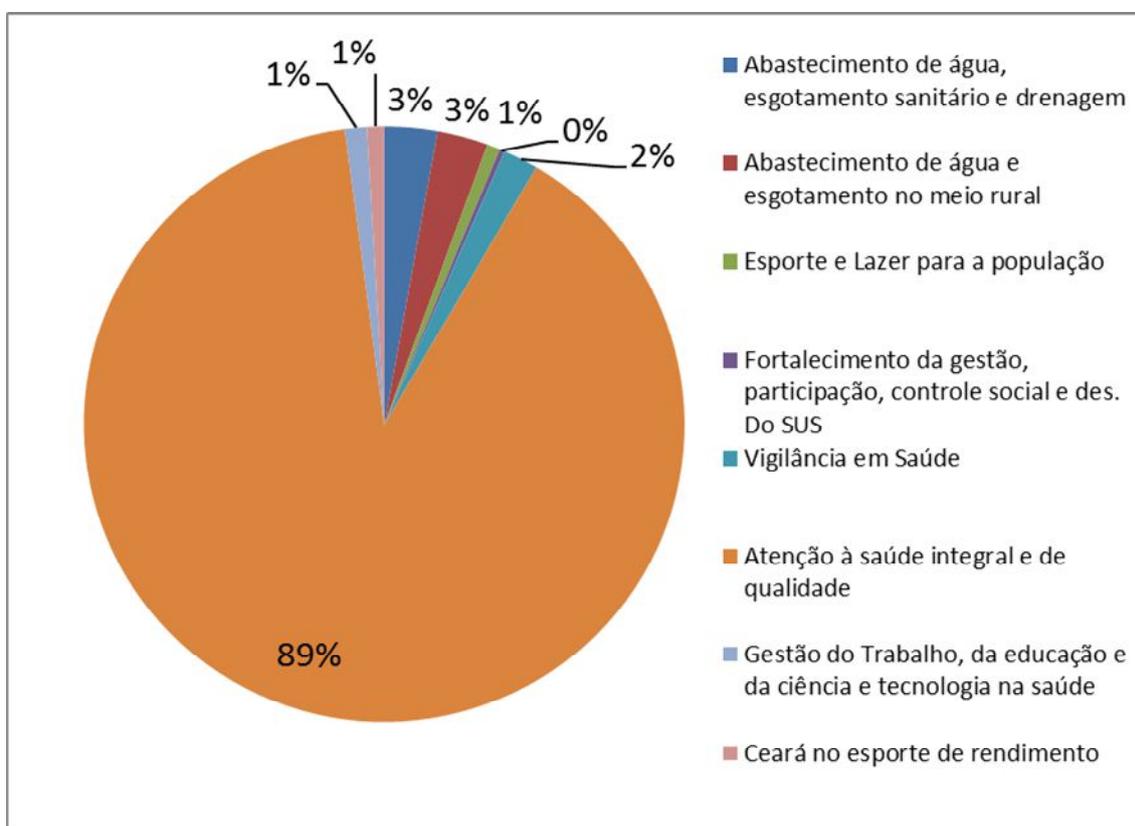
O apoio aos espaços alternativos é uma das maiores reivindicações da classe. E precisamos considerar também que os Pontos de Cultura, que atenderiam, em parte, a essa demanda, além de não terem recebido recurso em 2016, tiveram redução em 2017. Pela análise de execução, percebemos que o que está sendo proposto para 2017 é MENOR do que o que foi executado em 2016, daí justifica-se a suplementação.

Sobre o Vale-cultura, pretendemos estimular o acesso à cultura, através de um projeto de indicação, que indique o benefício aos servidores públicos do Estado, bem como aos professores. Para isso, sugerimos a abertura da rubrica na LOA. O programa Vale-cultura foi criado pelo Governo Federal, com o objetivo de estimular o acesso aos bens culturais. É um benefício de R\$ 50,00 mensais concedido pelo empregador para os trabalhadores, cumulativo e sem prazo de validade, e que só pode ser usado para comprar produtos ou serviços culturais, em todo o Brasil. A legislação não veda a participação de servidores públicos, mas, para que eles tenham direito ao benefício, deve haver uma iniciativa de cada município, estado ou da União na adoção de medidas próprias. Basta que se inspirem no modelo do programa e aprovem uma legislação para regulamentar o seu próprio Vale-Cultura.

06 – CEARÁ SAUDÁVEL

O eixo “Ceará Saudável” compreende os programas relativos ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, tanto no meio urbano quanto rural; esporte e lazer para a população e esporte de rendimento; gestão e controle social no SUS, vigilância em saúde, atenção à saúde integral e de qualidade e, por fim, os investimentos em ciência e tecnologia na saúde. Abaixo, visualizamos a proporção que cada programa ocupa na execução do orçamento do ano de 2016⁴:

GRÁFICO – DISTRIBUIÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROGRAMAS DO EIXO CEARÁ SAUDÁVEL/ANO 2016



Observando a previsão e a execução relativa ao ano de 2016, vemos que as ações de promoção e prevenção no campo da saúde da mulher, da atenção e da reabilitação à pessoa com deficiência, sobretudo aos programas de atenção básica, mesmo com orçamento aquém do necessário para a realização destas políticas, **não foi executado**. Estas ações estão contempladas no Programa 057 (Atenção à Saúde Integral

⁴ Todos os dados de execução orçamentária deste eixo foram coletados no SIOF em 19.12.2016.

e de Qualidade), que previa a destinação de R\$ 10.000,00. No que se refere à saúde do adolescente, com a dotação orçamentária prevista na LOA/2016 em R\$ 240.321,00, apenas 2% dos valores da rubrica foram executados.

A ação 22891 (Fortalecimento das Ações de Saúde Mental) continha a previsão, na LOA/2016, de R\$ 2.188.269,00. No entanto, ao longo do ano de 2016, a rubrica foi reduzida para R\$ 920.000,00, dos quais 71,73% foram executados. Observamos que não é possível identificar se esse recurso foi destinado para o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Na avaliação do movimento da luta antimanicomial, o estado do Ceará não tem garantido o cofinanciamento estadual para a rede dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e a grande preocupação do movimento é com a garantia de recursos significativos para as comunidades terapêuticas.

Dentro deste programa, destacam-se também as ações relativas à implantação e funcionamento das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). A Ação 18861, relativa à implantação de UPAs, tinha uma dotação prevista, na LOA/2016, em R\$2.097.578,00 que foram suplementados ao longo do ano para R\$ 4.127.213,06. Acontece que menos da metade deste recurso suplementado foi executado: apenas 27,94% dele, para sermos mais precisos. Para 2017, há a previsão de apenas R\$ 100.000,00 para a implantação de novas UPAs.

Já as ações de manutenção das UPAs se subdividem em duas: as diretamente executadas e as executadas por meio de contratos de gestão. A ação 22482(Manutenção direta das UPAs) possuía R\$51.388.546,00 previstos na LOA em 2016, mas teve, ao longo do ano, o valor reduzido para R\$ 40.536.478,83, dos quais 90,80% foram executados. Para a ação 22566 (Manutenção das UPAs por meio de contratos de gestão), estavam previstos R\$ 88.051.340,00, em 2016, valor suplementado para R\$ 123.305.317,68.

Dito isto, vemos que os recursos destinados às UPAS sob gestão de consórcio são significativos. O Estado do Ceará, mais especificamente a gestão do governo Camilo Santana, no que se diz respeito à saúde, têm mantido a postura adotada por governos anteriores destinando **gradualmente** recursos orçamentários significativos para a iniciativa privada, seja para a seleção de profissionais como para a gestão dos serviços hospitalares concentrando em uma única empresa privada, o Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar (ISGH).

Em relação ao Programa 025 (Esgotamento sanitário, drenagem e

abastecimento de água em área urbana), a LOA/2016 previu recursos na ordem de R\$ 310.425.615,00, dos quais apenas 19,86% foram executados. Ações importantes enquadradas nos estudos e projetos para Saneamento Básico em Ererê, Jaguaribe, Pindoretama, Fortim e outros municípios tiveram 0% de execução.

Para 2017, o valor é reduzido para R\$ 223.226.159,00 o que aponta para um cenário preocupante diante da necessidade de fortalecimento deste eixo. Lembremos que, em 2016, foi aprovada a Política Estadual de Esgotamento Sanitário, proposta pelo Governo Estadual, que demandará acréscimo – e não redução – de recursos para sua implementação.

O saneamento básico encontra-se no centro de interesses de diversas instituições governamentais e empresariais. Muitas vezes esses interesses acabam por determinar - e de maneira contraditória - o distanciamento do saneamento do seu fim maior: a promoção da salubridade ambiental e da saúde pública.

As políticas de saneamento básico, assim como as demais políticas públicas, tendem a sofrer as influências desse momento político, com forte perspectiva de desviar-se de suas ações do campo da saúde pública e/ou da infra-estrutura, passando a ser encaradas como um serviço que, como tal, pode ser submetido às leis do mercado e, portanto, à lei do lucro.

No Ceará, assim como em diversos outros estados da Federação, essa situação contribui para o desarranjo institucional e a pulverização dos poucos recursos já existentes para essa área. O déficit de cobertura dos serviços e a falta de recursos caracterizam a política de saneamento não só no Ceará, como no Brasil.

Desta forma, seria necessário formular medidas de enfrentamento à seca e às graves epidemias de dengue, zika e chikungunya, relacionadas à falta de saneamento básico e infraestrutura urbana.

Segundo informações da Companhia de Gestão de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), apenas 40,11% do estado tem rede de esgotamento sanitário disponível, percentual que sobe para 57,10%, em Fortaleza. A periferia da Capital, em toda a região sul da cidade, é a que mais sofre com a falta do serviço. Enquanto isso, 57% dos domicílios do Ceará destinam seus esgotos de forma inadequada.

As metas de universalização do saneamento são tímidas: analisemos, por exemplo, o caso de Fortaleza, cuja expansão da cobertura de esgotamento prevê que, em 2030, alcancemos 70% da população. Em 14 anos aumentaríamos pouco mais de 10% do acesso ao esgotamento sanitário, o que, indubitavelmente, faz perder de vista a

perspectiva de universalização. Com a redução associada a não execução das dotações orçamentárias, na verdade, é possível que haja a redução no acesso ao que é um direito humano.

Outro problema é que, mesmo onde existe rede disponível, 23% dos domicílios não estão interligados a ela. Em Fortaleza, a taxa é de 14%. A resistência da população mais pobre, a mais atingida pela ausência do saneamento, em realizar a ligação do esgoto está relacionada aos custos, que vão desde o pagamento do serviço da ligação, que é do próprio usuário à cobrança da tarifa do esgoto, cobrada no mesmo valor da conta de água e a necessidade de realização de obras residenciais, pois comumente o esgoto da casa é despejado pelo quintal, nos fundos da casa, enquanto, a rede é posteriormente instalada na frente. Junto com os custos financeiros, existe a falta de informação e de ações educativas que favoreçam a conscientização sobre a importância da ligação.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), para cada dólar gasto em saneamento e água, economiza-se 4,3 dólares na saúde. A realidade social de extrema pobreza, desigualdade social e informalidade urbana exige que investimentos reais sejam feitos na política estadual de saneamento básico.

No que concerne ao Programa 032 (Abastecimento de água e esgotamento sanitário no meio rural), foi destinado R\$ 160.079.888,00, alocados tanto na Secretaria das Cidades como na Secretaria de Desenvolvimento Agrário, e que ao longo do ano foram suplementados para R\$ 200.574.061,03. Deste valor, o percentual executado foi de 29,19%.

O Programa de esporte e lazer, após as suplementações no ano de 2016, totalizou a destinação de R\$ 30.624.332,09 para a área, dos quais 49,47% foram executados. Já o Programa voltado para o esporte de alto rendimento, que também sofreu suplementações ao longo do ano, totalizou R\$ 34.610.202,39, dos quais 56,84% foram pagos.

O Programa que dispõe sobre o controle social no Sistema Único de Saúde (SUS), continha previsão na LOA/2016 de R\$ 13.556.376,00, que ao longo do ano de 2016 foi reduzida para R\$ 10.199.164,72. Deste valor, apenas 57,43% foi executado. Para o ano que vem a previsão é de R\$ 35.252.544,00, revelando significativo acréscimo.

O último Programa componente do eixo é o de Gestão do Trabalho, da Educação e da Ciência e Tecnologia na Saúde, que teve, em 2016, a verba de R\$

40.931.571,00, com 62,54% de execução. Para o ano de 2017, a estimativa é de redução para R\$ 33.374.873,00.

Por fim, cumpre destacar que, em diálogo com os servidores públicos que são atendidos pelo Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (ISSEC), nosso mandato também propôs emendas para suplementação de seus recursos, envolvendo, por exemplo, a ampliação das dotações do plano de saúde do servidor, assistência em fonoaudiologia e fisioterapia.

Ademais, vale ressaltar que a previsão contida na LOA 2016 para o ISSEC era de R\$ 99.272.602,00. No entanto, a LOA 2017 estipulou apenas R\$ 99.215.947,00. Se o valor previsto para 2016 fosse, por um cálculo simples, reajustado de acordo com a inflação (IPC-A/IBGE), a dotação para 2017 deveria estar prevista em R\$ 107.281.945,31.

Um dos principais eixos que nortearam a atuação do nosso mandato no contexto de discussão e aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2017 foi a defesa da saúde pública através de sua ampliação orçamentária. Elaboramos mais de 15 emendas nessa área que, juntas, somam mais de 5 milhões de reais. Nossas emendas nesta área foram:

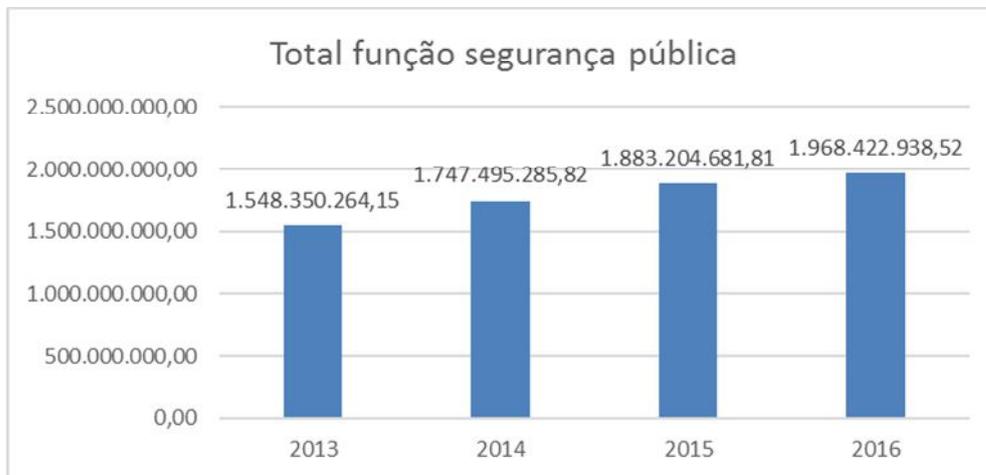
- **Ampliação orçamentária do Centro de Referência à Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental (CERESTA), de Limoeiro do Norte.**
- **Implantação de atendimento itinerante para povos e comunidades tradicionais.**
- **Investimentos em equipamentos necessários ao parto humanizado.**
- **Implantação de equipamentos para atendimento a crianças com microcefalia.**
- **Núcleos de atenção à saúde da população negra.**
- **Atenção especializada ao processo transexualizador.**
- **Formação para os profissionais da saúde no âmbito de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual.**
- **Manutenção de residência terapêutica para egressos de instituições psiquiátricas.** O Serviço Residencial Terapêutico (SRT) foi estabelecido legalmente pela Portaria nº 106/2000, do Ministério da Saúde, que inseriu o SRT no Sistema Único de Saúde para egressos de internação em Hospital de Custódia e tratamento psiquiátrico. Estes serviços se constituem como alternativas de consolidação da rede substitutiva em saúde mental.
- **Promoção da educação em saúde sobre DST/AIDS para a população jovem.** Segundo o novo boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, metade dos novos

casos de AIDS estão sendo identificados entre os jovens com idade entre 15 e 24 anos. Considerando que a maioria dos jovens que se encontram na faixa dos 20 anos, conclui-se que a grande parte das infecções aconteceu no período da adolescência, uma vez que a doença pode ficar por longo tempo assintomática. Assim, os adolescentes precisam de atendimento médico orientado para seu grupo e os profissionais de saúde precisam ser preparados para acolher e encaminhar as demandas e necessidades desse público. A atenção em saúde do adolescente deve ser dada por uma equipe multidisciplinar, incluindo os serviços de saúde mental, o atendimento ginecológico específico para pacientes com AIDS e os programas de prevenção e educação sexual. Atualmente existe uma necessidade urgente de tornar os adolescentes capazes de se protegerem da AIDS e de outras DSTs, e de garantir-lhes o direito a um desenvolvimento sexual seguro e saudável.

- **Apoio à prevenção da gravidez na adolescência e acompanhamento no pré-natal. Preocupa a reincidência da gravidez na adolescência no Ceará.** 30% dos partos realizados no estado são de mães adolescentes. Temos uma enorme incidência de partos entre jovens de até 18 anos. Entre as adolescentes mães, a média de idade é de 14 anos, mas já houve, na Maternidade Escola, registro de parto em garota com 10 anos de idade. De acordo com o relatório “Situação da População Mundial 2013”, do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), 26,8% da população sexualmente ativa (15 a 64 anos) iniciou sua vida sexual antes dos 15 anos no Brasil, e 19,3% das crianças nascidas vivas em 2010, no país, são filhos e filhas de mulheres de 19 anos ou menos. Segundo o estudo, todos os dias, nos países em desenvolvimento, 20 mil meninas com menos de 18 anos dão à luz e 200 morrem em decorrência de complicações da gravidez ou do parto. Em todo o mundo, 7,3 milhões de adolescentes se tornam mães a cada ano, das quais 2 milhões são menores de 15 anos. Portanto, é urgente intensificar ações de apoio à prevenção da gravidez na adolescência e acompanhamento no pré-natal e puerpério na rede atendimento à saúde.
- **Apoio à elaboração de Normas Técnicas de Prevenção ao Suicídio e Acidentes em edificações e obras do estado do Ceará.** Conforme dados oficiais registrados no Anuário de Segurança Pública de 2015, o estado do Ceará é o 5º em números de suicídios e Fortaleza é a 3ª capital com a maior taxa de suicídio no Brasil, o que torna fundamental medidas que reduzam tais números.
- **Aquisição de materiais (órgãos, próteses e insumos) para pessoas com deficiência nos hospitais.** Objetiva cumprir os marcos regulatórios quanto às provisões

da política de saúde, tais quais o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, arts. 18 e 19; Portaria MS nº 116, de 09 de setembro de 1993; Portaria MS nº 146, de 14 de outubro de 1993; Portaria MS nº 321/2007.

07 – CEARÁ PACÍFICO



Observada a função segurança pública no orçamento, nos últimos quatro anos, os dois anos finais do segundo governo Cid Gomes (2006 a 2014) e os dois primeiros do governo Camilo Santa (2015 a 2018), percebe-se um crescimento linear dos recursos disponíveis para a área. De 2013 para 2014 houve o maior crescimento, de 11,30%. Entre 2014 e 2015 o aumento foi de 6,30% e de 2015 para 2016 de 4,30%.



Dos gastos, é central a parcela destinada a pessoal e encargos (na ordem dos seguintes aumentos: 6% de 2016 para 2015; 6%, de 2015 para 2014; 13%, e 14% de

2014 em referência a 2013), gastos correntes finalísticos (com alterações pouco substanciais nesses últimos meses) e o com investimentos/inversões finalísticas (em queda no governo Camilo).

De modo panorâmico, pode-se afirmar a centralidade do gasto público na área de segurança pública associado ao gasto com pessoal e, em determinados períodos, com investimentos tanto em material quanto na infraestrutura da área, que talvez tenha correspondido ao período de ampliação do parque de delegacias e reformas destas, bem como com a aquisição de automóveis e outros materiais, como armamentos. Intui-se que tal investimento não foi capaz de alterar a rota crescente dos indicadores que apontavam uma crise continuada na segurança do estado, evidenciada pelo número alarmante de homicídios e crimes contra o patrimônio (os primeiros começaram a cair a partir de 2015, por motivos que se especulam alheios a intervenção estatal).

Na comparação dos Programas, tomando como referência o previsto e o executado (empenhado) no 2016 e o ano de 2017, percebemos a centralidade do Programa 003 (Segurança Pública Integrada), como o que concentra a manutenção das principais iniciativas e órgãos da política de segurança. Em 2016, considerando as alterações de créditos suplementares ou demais remanejamentos, esse Programa contou com a previsão R\$ 274.285.377,39 e propõe, para 2017, R\$ de 232.504.807,00, **o que representa uma redução de 15,23%**, com um ritmo de execução, 75,18%.

Deste Programa, observamos uma queda na ordem -63,31% na ação nº 17446 (Reaparelhamento e Modernização das Unidades da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social) e de-19,04% na ação nº 17393 (Construção, Reforma e Ampliação das Edificações).

Observa-se também diminuição na projeção para a manutenção da atividade da polícia judiciária, em um cenário em que este órgão enfrenta paulatina perda de estrutura e pouca capacidade de resposta nos processos de responsabilidade no cenário de crimes contra a vida, por exemplo. Em 2016, com as devidas alterações, estimou-se R\$ 31.846.216,00 com esta ação específica, e para 2017, projeta-se R\$ 29.318.880,22, um decréscimo de 8%. Para a manutenção das delegacias municipais, regionais e especializadas, o governo do estado projeta um gasto de R\$ 20.236.300,00, para 2017, enquanto em 2016 essa cifra foi de R\$16.029.892,50, com crescimento de 20,7%.

A manutenção da polícia militar também não teve atualização do valor projetado para 2017, com queda de 1,4%. Em 2016, foi projetada a quantia de 81.623.643,72 reais, para 2017, está previsto 80.404.058,00.



A Manutenção e Funcionamento da Atividade Fim do Colégio Militar do Corpo de Bombeiros do Ceará (CBMCE), teve aumento de 24,42% de 2016 para 2017.

A Manutenção e o Funcionamento da Atividade Fim da Perícia Forense, por sua vez, tiveram decréscimo de 18,99%. Quando há a necessidade de inteligência e qualidade na apuração, a redução desta rubrica vai à contramão.

Infere-se, também, da análise comparativa das últimas LOAS, a desmobilização de recursos voltados para a formação dos profissionais da segurança pública. O orçamento consolidado, para a Academia Estadual de Segurança Pública (AESP Ceará), tem um decréscimo de 7,3%, em cuja previsão para 2017 é de R\$ 14.780.249,00, enquanto para 2016 foi de R\$ 15.951.858,90.

A Manutenção e Funcionamento Administrativo da AESP teve um acréscimo de apenas 0,6% em que seu montante orçamentário para o ano de 2017. A dotação passou de R\$ 3.547.676,10 em 2016, para R\$ 3.571.300,00 no ano seguinte, insuficiente como atualização real dos seus custos de manutenção.

No geral, as ações voltadas para a formação dos profissionais da Segurança Pública sofreram queda na projeção ou possuem níveis avançados de execução, excetuando a atividade 22644- Pagamento de Gratificação por Atividade de Magistério para os Cursos de Formação Inicial.

Destaca-se uma previsão de recursos considerável, no orçamento do AESP, para realização de Concurso Público, ação 21837 - Realização de Concurso Público, na ordem de R\$ 2.087.605,00. Observa-se que em 2016 foi realizado grande concurso público para a PM e consta cadastro de reserva para as outras forças, com exceção dos Bombeiros.

Ação/Projeto	LOA 2016	PLOA 2017	Variação	Execução 2016
21785 Realização de Cursos de Formação Continuada	222.800,00	59.714,00	73,198384	46,35
21787 Realização de Cursos para Formação Inicial	651.200,00	336.200,00	48,372236	64
22643- Pagamento de Gratificação por Atividade de Magistério para os Cursos de Formação Continuada	3.398.930,76	1.691.540,00	-50,233173	33,28
22644- Pagamento de Gratificação por Atividade de Magistério para os Cursos de Formação Inicial	3.375.785,24	4.520.000,00	33,8947735	78,2

Do grande programa de manutenção que abarca as ações/projetos dos principais órgãos do sistema de segurança, não localizamos projetos e ações específicos que dialogassem com ações voltadas para a intervenção do paradigma de segurança organizado e propagandeado pelo governo estadual sob o mote do **Movimento por Ceará Pacífico**; também não localizamos ações e projetos, em execução ou previstos, para atenção aos profissionais e/ou seus familiares vítimas de violência, ou expostos em ações de alto risco e/ou letalidade – importante em razão do atual quadro de aumento dos casos dos profissionais mortos, em serviço ou fora dele. Importante observar o perfil de intensa conflitualidade e tensão nos padrões de interação com as comunidades, gerando a demanda de formação continuada capaz de fazer erigir novas formas de atuação policial e a adoção de práticas de cuidado capazes de não naturalizar a violência sofrida pelos profissionais.

No Programa **007 SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ**, que no geral concentra ações e projetos que versam sobre o aspecto preventivo à violência, de atenção a grupos vulneráveis (jovens, crianças, e adolescentes e idosos, a exemplo das delegacias especializadas a estas populações), de educação para prevenção ao uso de drogas e atenção à saúde dos profissionais e seus familiares, tivemos uma previsão inicial na LOA/2016 de R\$ 6.815.984,00, posteriormente reduzido para R\$ 3.406.813,28, sendo que, até o dia 20.12.2016, 40,96% deste valor tinha sido empenhado e apenas 18,54% foi efetivamente pago. Por sua vez, a LOA/2017 prever o valor de R\$ 5.965.687,00.

Observando atividades e projetos deste programa, em síntese, observamos:

- ✓ Redução da previsão para os agentes de cidadania, na ordem -36,17%;
- ✓ Aumento das ações e projetos de atenção à juventude, atenção à pessoa idosa (mesmo em uma ordem ainda insuficiente), bem como aumento substancial para os Agentes de Cidadania;

Ação/Projeto	LOA e alterações 2016	PLOA 2017	Variação
18081 - ATENÇÃO À JUVENTUDE	2000,01	140000	6899,965
18082 - ATENÇÃO A PESSOA IDOSA	6765	10000	47,81966
17992 - APOIO À FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA SSPDS E AGENTES DE CIDADANIA	191.000	1.060.000	454,973822

✓ Nos recursos que tratam diretamente da atenção à saúde dos profissionais da segurança e seus dependentes, temos dois projetos com variação comparativa positiva, sobretudo a ação 18984 do Corpo de Bombeiros, embora gravosamente insuficiente se observarmos o contingente das corporações. Tanto os valores de 2017 e 2016 são insignificantes, observada a demanda potencial, conquanto sua execução;

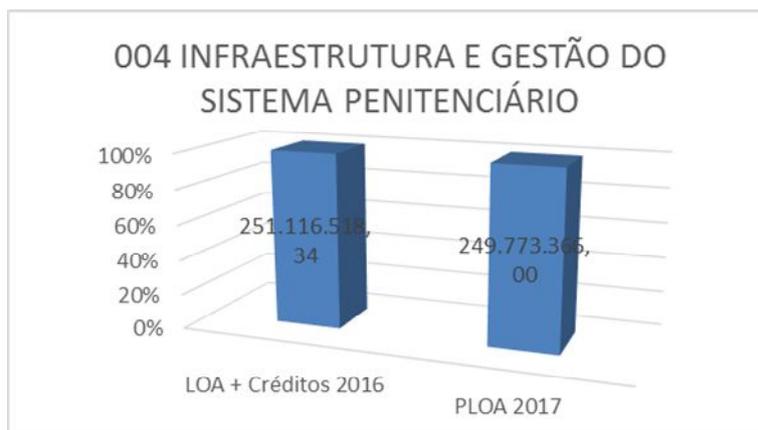
✓ Não houve devida execução para manutenção de delegacias que cuidam de população vulneráveis no cenário de violência, como crianças, adolescentes e mulheres que reúnem 11 equipamentos (9 delegacias das mulheres e 2 de crianças e adolescentes). A previsão em 2016 era de R\$ 648.624,00, com variação negativa de 52%.

Ação/Projetos	LOA e suas alterações 2016	PLOA 2017	Variação	Execução 2016
18069 - ASSISTÊNCIA A POLICIAIS MILITARES	376.000,00	411000	9,30851064	0
18083 - SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DOS PROFISSIONAL DA SEGURANÇA PÚBLICA E SEUS DEPENDENTES	1.000	12.000	1100	0
18303 - ASSISTÊNCIA A POLICIAIS MILITARES	692.000,00	624000	-9,8265896	63,23
18984 - ASSISTÊNCIA PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DOS INTEGRANTES DO CORPO DE BOMBEIROS E SEUS DEPENDENTES COM FOCO NA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	314.000,00	1900000	505,095541	0

Programa 004 INFRAESTRUTURA E GESTÃO DO SISTEMA

PENITENCIÁRIO:

A Administração penitenciária e sua gestão impactam diretamente na formulação e na possibilidade de uma política de segurança que reduza a conflitividade e a violência social. Por isso, no desenho do Ceará Pacífico, observamos as previsões desta política. O principal programa deste eixo é Infraestrutura e Gestão do Sistema Penitenciário:



O exercício simples de comparação leva a percepção de diminuição de 0,5% de 2016 para 2017 nesse programa, que possui 75% já executado do previsto para 2016. Na análise, constatamos o aumento de previsão para a ação 18208 (Desenvolvimento das Ações de Formação da Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização), que possui variação de 455% de um exercício para o outro. No entanto, a destacada variação se dá pelo aumento do valor de R\$ 9.000,00 para R\$ 50.000,00 que, além de não ter sido executado, ainda se mostra insuficiente. Sob esta lógica, não seria possível contemplar a demanda continuada dos agentes para existência de formação, bem como a quantidade expressiva de denúncias de ações desumanas ou violentas advinda de agentes que atuam no sistema, que tanto necessita de controle e responsabilização, bem como de ações formativas.

Por evidente, os custos com as atividades afins da administração penitenciária consome grande parte dos recursos, passando de R\$ 169.658.809,13 para R\$ 184.365.790,00, com variação de 8,6%.

Chama atenção a previsão de implantação de um programa de apoio à execução de alternativas penais, com previsão de R\$ 5.448.300,00, sendo suplementada durante o ano, mas que não foi executada. Para 2017, a estimava é de R\$ 147.500,00,

com variação negativa de 97%. De igual modo, previram-se recursos para um programa de gestão de ações de alternativas penais, dispondo inicialmente de R\$ 196.000,00, com nenhuma execução e projeção para 2017 de R\$70.000,00, variação negativa de - 64,28%. Ou seja, tanto para em 2016, quanto 2017 se abre rubrica para um potencial programa de alternativas penais, como anunciando no contexto do Ceará Pacífico, mas tanto não se executa, quanto se lançam valores que não denotam um planejamento real e efetivo para ação.

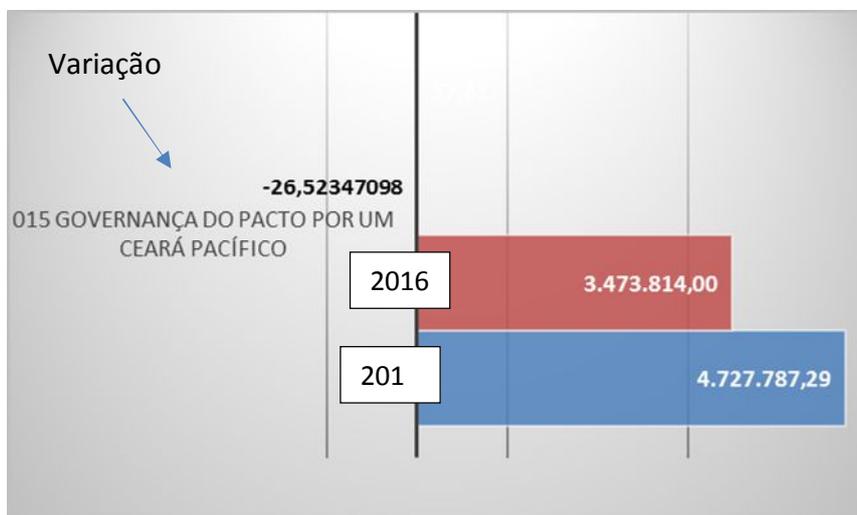
Em relação à política para presos e egressos, ações de cidadania e qualificação, neste programa, existem duas ações/projetos, que reúnem um total de R\$ 3.803.228,47, para universo de custodiados e egressos. Para a ação 22414 (Gestão das Ações de Qualificação do Preso e Egresso), possui previsão para 2017 de R\$ 3.995.000,00, com variação positiva de 16%, observando o disposto em 2016. A ação 22929 (Realização de Oficinas e Eventos para Presos e Egressos) sofre com uma variação negativa na ordem de -83% entre a previsão de 2016 (R\$ 360.228,47) para 2017(R\$ 61.200,00).

Conclui-se, parcialmente, que este programa do orçamento revela o esforço administrativo de manutenção e administração da situação atual do sistema penitenciário cearense, já em situação de superlotação e que não comporta condições básicas de permanência e ações de educação e assistência aos custodiados. Ademais, em razão da grave crise do sistema, pela rebelião coordenada do mês de maio, a área recebeu R\$ 169.658.809,13, em um planejamento inicial que era de R\$ 137.798.300,00, ou seja, aporte considerável para restabilização do sistema, sobretudo com obras de infraestrutura. As demais ações de apoio, essenciais para diminuição da tensão, para existência de processos mínimos de ressocialização e para a produção de alternativas penais que gerem resultados no desencarceramento da já estourada população carcerária local, não recebem atenção estratégica na disposição dos recursos, conforme se observa nos comentários acima. Da mesma forma, não se percebe planejamento da administração penitenciária na organização do orçamento para projeção de ações que compreendam especificidades marcantes em nosso sistema, como o aumento substancial da população feminina e a presença marcante dos jovens na massa do sistema.

Ceará Pacífico

O Ceará Pacífico é o programa vinculado à vice-governadoria, que realiza os estudos, a assessoria e a articulação em torno do esforço governamental do mesmo nome, que pretende influir diretamente sobre a política de segurança, transversalizando

com as demais políticas públicas, com fito de incidir diretamente nos indicadores da primeira. Os recursos previstos para essa finalidade variaram negativamente em 26,5% e tiveram em 2016 uma faixa de execução de apenas 57,8%.



Através do orçamento, não é possível fazer uma leitura de quanto à intervenção direta do Ceará Pacífico mobiliza de orçamento para priorizar políticas públicas nos territórios em que atua pelo não desenho (citação direta, previsão) no planejamento orçamentário daquilo que é ação sob sua coordenação ou interferência direta de sua articulação. Até o presente momento, sabe-se, pelas notícias públicas veiculadas, da ação na cidade de Sobral, nos bairros Vicente Pinzón em Fortaleza, com potencial de ação no Bom Jardim e Curió.

Com os recursos disponíveis e o padrão de execução, infere-se que a capacidade de ação em uma escala maior da que já está planejada desde 2015 não parece possível ou viável; neste sentido, levanta-se a possibilidade de que o programa não constitua uma marca ampliada de intervenção do governo na área da segurança, mas uma experiência exemplar em territórios circunscritos.

Cidadania e Direitos Humanos

No âmbito da Secretaria de Justiça e Cidadania, encontra-se o Programa 005 – Garantia dos Direitos Humanos e Cidadania, com ações que interagem e relacionam-se com a estratégia do Ceará Pacífico, reverberando tanto na segurança pública, quando na própria política da administração penitenciária. São políticas que em geral organizam-se como serviços e assistência no âmbito dos direitos humanos, como ações de cidadania

que tanto organizam serviços ao cidadão de modo geral (serviços de acesso a documentos e demais articulação de serviços do estado, Casas do Cidadão, Vap-Vupt e Caminhões de Serviço), como programas de atenção às vítimas de violência e o incipiente sistema de proteção à pessoa.

Neste programa, concentram-se os recursos para o Vap-Vupt e Casas e Caminhões do Cidadão, consumindo 89,5% dos recursos do Programa com a dotação de R\$ 43.948.842,16 em 2016, cuja execução esteve na faixa de 86,74%. Este programa, comparando de 2016 com 2017, possui uma variação positiva de apenas 1,4% que não atualiza a defasagem inflacionária.

Programa	LOA e alterações 2016	PLOA 2017	Variação	Execução 2016
005 GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	43.948.842,16	44.596.350,00	1,473321726	86,74%

Atualmente, pode-se dizer que os programas possuem baixas previsões orçamentárias insuficientes, dado o cenário de conflito aos defensores de direitos humanos, o cenário de violência que repercutem nos processos de responsabilização (proteção às vítimas e testemunhas) e na quantidade acentuada de crianças e adolescentes ameaçados de morte. Os programas estão concentrados na atenção à região metropolitana. Dois dos programas encontram problemas na execução de seu orçamento, a ser verificado abaixo.

Programa	LOA e suas alterações 2016	PLOA 2017	Variação	Execução
22417 - GESTÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS – PPCAAM	1.502.000,00	2020000	34,4873502	99,87%
22418 - GESTÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS DEFENSORES E DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS – PPDDH	1076000	1195000	11,0594796	27,88%
22419 - GESTÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO À VÍTIMA E TESTEMUNHAS AMEAÇADAS DO ESTADO DO CEARÁ – PROVITA	1.236.000,00	1505000	21,7637540	59,47%

Considerando a grave referência da situação do Ceará em relação aos

homicídios, observamos falta de estrutura para que haja ação de investigação da polícia judiciária com maior prontidão para gerar responsabilização, bem como para garantir ação qualificada da polícia forense; há, igualmente, ausência de uma política de assistência às vítimas de violência, seja da violência letal ou não, sendo necessário implementar uma rede que compreenda e possua condições de atender às vítimas diretas e indiretas. No estado, além da rede específica das mulheres, da reduzida rede que atende crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual, existe apenas o Centro de Referência às Vítimas de Violência – CRAV, que possui ínfima previsão orçamentária, em ambos os anos de apenas R\$ 11.000,00, com zero de execução. A equipe atual do CRAV é apenas de 3 profissionais.

500 GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CGD	8.647.078,34	7.616.716,00	11,91572806	86,03
024 CONTROLE DISCIPLINAR DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIO	125.340,33	385.655,00	207,686281	71,93

Por último, analisamos os recursos disponíveis para ação controle estatal da atividade de profissionais da segurança pública e agentes penitenciário, ação de controle sobre as práticas desviantes e o cometimento de excesso no exercício da atividade, sobretudo aquelas de uso da força e da capacidade letal utilizada fora dos padrões e dos limites da lei.

A Controladoria Geral dos Órgãos de Segurança Pública realiza este importante papel, necessário para prevenir, mediar, adequar e responsabilizar as práticas fora dos ditames legais ou geradores de conflito entre os agentes da lei e a comunidade.

Desta área, destacamos a baixa quantidade de recursos destinadas para o exercício ampliado do controle disciplinar, com ações de mediação de conflito, o papel educativa e preventivo também a ser abordado pela controladoria, conforme se verifica abaixo.

Programa	LOAS e suas alterações 2016	PLOA 2017	Variação	Execução
500 GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CGD	8.647.078,34	7.616.716,00	-11,91572806	86,03
024 CONTROLE DISCIPLINAR DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIO	125.340,33	385.655,00	207,686281	71,93

Diante disso, eis nossas emendas neste eixo:

Emenda 530 - Suplementação do Projeto / Atividade 22422 - Gestão do Núcleo de Proteção ao Tráfico de Pessoas e do Centro de Referência a Apoio à Vítima de Violência.

Justificativa: Necessidade de estruturação real de uma política de atenção às vítimas de violência, em razão do quadro de homicídios que o estado e, particularmente, a região metropolitana apresentam. Atual Centro de Referência sem equipe e estrutura para o seu trabalho – conta apenas com quatro profissionais. A posição de Fortaleza nas rotas de exploração sexual comercial e do turismo sexual expõe Fortaleza como centro e rota para o turismo sexual.

Emenda 531 - Suplementação do Projeto/Atividade 18144 - Realização de Ações para a promoção da cidadania.

Justificativa: Área indispensável para o desenvolvimento de políticas com os familiares do sistema prisional, ações de cidadania e promoção de direitos com essa população, bem como com os egressos.

Emenda 535 - Suplementar Projeto 18284 - Implantação e manutenção do sistema de comunicação de dados entre as delegacias políticas e o sistema judiciário.

Justificativa: A complexificação e o crescente aumento das ocorrências criminais, sobretudo de homicídios e crimes contra o patrimônio, demandam condições de gestão rápida das informações para a produção de análise por parte dos profissionais e gestores da política de segurança, bem sua articulação com o sistema de justiça, no sentido de melhorar na produção de respostas na responsabilização. Vide a baixa capacidade de resolução dos casos de homicídios e a imprecisão das informações quanto ao estado dos inquéritos.

Emenda 984 - Criar os núcleos regionalizados de Proteção ao Tráfico de Pessoa e os Centros de Referência e Apoio às Vítimas de Violência.

Justificativa: Necessidade de estruturação real de uma política de atenção às vítimas de violência em razão do quadro de homicídios que o estado e, particularmente, a região metropolitana apresentam. Atual Centro de Referência sem equipe e estrutura para o seu trabalho – conta apenas com quatro profissionais, em Fortaleza. Como o quadro de crise na política de segurança e crescente agravamento de conflitos interpessoais e/ou socioambientais, refletido, sobretudo, no indicador dos homicídios tão abrangendo a médias cidades do interior do Ceará, sendo necessária a estruturação dessas políticas em cidades que são referências regionais para apoio às famílias impactadas pela violência – em suas múltiplas faces.

Emenda 986 -Inclusão - Ação de atendimento psicossocial para profissionais de segurança pública e seus familiares vítimas de violência.

Justificativa: Inexistência atual de uma política de atenção aos profissionais de segurança pública e/ou seus familiares vítimas de violência. Assistimos, igualmente, a uma onda crescente em que estes são vítimas de atentados em serviço ou são acometidos pela violência urbana, sobretudo em casos em que reagem a assaltos. Este ano, 32 profissionais da segurança pública foram assassinados no estado.

Emenda 1001 - Criação e gestão de um programa de acompanhamento para profissionais em ações de alto risco e letalidade e atendimento psicossocial.

Justificativa: O Anuário Brasileiro de Segurança Pública registrou 37 mortes por intervenção policial em 2015 no Ceará. Mesmo sem registrar mortes, em várias situações os profissionais se colocam em situação de alto estresse e risco. Necessário se faz acompanhar os profissionais que se envolvem nestas situações, oferecendo atendimento psicológico para o devido tratamento da situação e sua não naturalização – interferindo nos danos ao profissional e à sociedade.

Emenda 1005 - Criar editais de fomento às iniciativas territoriais de Esporte, Lazer, Arte e Cultura, em parceria com organizações da sociedade civil áreas com altos índices de homicídios de adolescentes e jovens.

Justificativa: O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios identificou a importância de desenvolver nos territórios, de modo focal e continuado, ações de arte, cultura, esporte e lazer para prevenir homicídios e gerar maior proteção social aos adolescentes e jovens – grupo social mais atingido por homicídios.

Emenda 1048 - Suplementação do Projeto/Atividade 18115 Apoio às ações dos Conselhos e Comitês voltados a temática da justiça e cidadania.

Justificativas: Garantir condições de atuação autônoma dos Conselhos para prevenir violação de direitos humanos, bem como o controle e contribuição social ao aperfeiçoamento das políticas públicas de cidadania.